



# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 040

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE MAIO DE 2004

ANO XXIX

## *Mesa Diretora*

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PSDB

**ANDRÉ VARGAS**

1º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

2º Vice-Presidente - PDT

**ARLETE CARAMÊS**

3º Vice-Presidente - PPS

**NEREU MOURA**

1º Secretário - PMDB

**GERALDO CARTÁRIO**

2º Secretário - PSL

**CLEITON KIELSE**

3º Secretário - PFL

**RENI PEREIRA**

4º Secretário - PSB

**EDSON PRACZYK**

5º Secretário - PL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## *Lideranças*

<i>Líder do Governo</i> .....	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i> .....	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i> .....	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i> .....	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i> .....	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i> .....	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i> .....	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i> .....	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i> .....	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i> .....	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i> .....	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i> .....	<i>Ratinho Júnior</i>
<i>PSB</i> .....	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

## *Representação Partidária*

*PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 10: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Nelsinho Dal Santos - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse (em licença) - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk (em licença); PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.*

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
15ª LEGISLATURA  
ATA DA 037ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
11 DE MAIO DE 2004**

*(terça-feira)*

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Ademar Traiano e Ailton Araújo.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Reni Pereira, Ademar Traiano, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silveira Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelsinho Dal Santos, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado Ademir Bier (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito chamada nominal dos Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e procederá à chamada nominal dos Srs. Deputados.

**(É procedida a chamada nominal dos Srs. Deputados)**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, solicito a suspensão da chamada nominal dos Srs. Deputados, uma vez que já há quórum para a Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação Ata. **Aprovada.**

O SR. NELSON GARCIA (**Pela Ordem**)

Somente para registrar a presença do companheiro João Iensen, nosso companheiro muito tempo aqui, Deputado Federal e também na tribuna o Vereador Toninho, de Perobal.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Indicações:**

INDICAÇÃO Nº 017/2004

Excelentíssimo Sr. Governador do Estado, o Deputado que a presente Indicação subscreve, que será submetida às Comissões Parlamentares e ao Plenário desta Casa, utiliza deste instrumento regimental para levar a V. Exa. a seguinte sugestão de providência administrativa:

Art. 1º - Que na estrutura administrativa dos órgãos da administração direta e dos entes da administração indireta, fundacional, de cooperação, de gestão e das organizações sociais autônomas do Poder Executivo, que disponham de conselhos de administração e ou consultivo, seja acrescida, em sua composição, uma vaga a mais de conselheiro e respectivo suplente, mediante as modificações administrativas necessárias.

Art. 2º - Que o respectivo conselheiro seja indicado pelas associações devidamente constituídas e formalizadas segundo legislação própria, até a data da publicação da respectiva lei e cujo objetivo social seja, no mínimo, e/ou em conjunto, o da defesa do consumidor, da cidadania e do patrimônio público.

Art. 3º - Que o conselheiro seja nomeado pelo Governador do Estado e nos conselhos das sociedades de economia mista na forma prevista na legislação que as rege, mediante indicação do Chefe do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) DURVAL AMARAL

**JUSTIFICATIVA:**

Nos dias atuais, é necessário que o controle da administração pública seja cada vez mais intenso. Para tanto é fundamental que seja exercido mais perto da ori-

gem dos atos administrativos, evitando que o ato viciado se propague causando danos mais intensos.

O objetivo desta proposição legislativa é, portanto, o de ampliar o controle popular sobre os atos da administração pública, dando-lhe também maior transparência além de evitar que eventual ato irregular passe a produzir efeitos fora do âmbito da administração pública, mediante a participação de conselheiros representantes de sociedades que tenham como finalidade a defesa do consumidor, da cidadania e do patrimônio público, especificamente.

#### INDICAÇÃO

Senhor Presidente:

O líder da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que ao final subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, vem INDICAR o Deputado Pedro Ivo Ilkiv para compor a Comissão de Orçamento, no lugar do Deputado André Vargas.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) ELTON CARLOS WELTER

### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 816

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja retirado da pauta da Ordem do Dia de hoje, o Projeto de Lei nº 725/2003, por três Sessões.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

#### REQUERIMENTO Nº 812

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de redação final para a Proposição nº 100/2004 item 09 da Ordem do Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

#### REQUERIMENTO Nº 818

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, atendendo sugestão do Setor de Revisão Legislativa da Diretoria Legislativa, REQUER o arquivamento da Indicação nº 015/2004, de minha autoria.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) ARTAGÃO JÚNIOR

#### REQUERIMENTO Nº 819

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER,

conforme disposto no artigo 127 do Regimento Interno desta Casa, após ouvido o douto Plenário, arquivamento do Projeto de Lei nº 055/2004, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 829

Senhor Presidente:

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja reservado o espaço do Grande Expediente da Sessão Ordinária do dia 19.05.2004 para o professor René Ariel Dotti falar sobre o tema “O papel institucional do Poder Judiciário e suas relações com o Poder Legislativo”.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) RENATO GAÚCHO

JUSTIFICATIVA:

No momento em que se discute o controle externo do Judiciário e, também, a responsabilidade daquele Poder na inibição e combate ao crime diante do emaranhado jurídico de nosso País, é importante que esta Casa tenha informações de pessoas notáveis, como é o caso de nosso convidado, para poder se posicionar de forma mais adequada.

O professor René Ariel Dotti, um dos juristas mais respeitados de nosso Estado, professor titular de Direito Penal da Universidade Federal do Paraná, membro do Conselho Diretor da Associação Internacional de Direito Penal, membro da Sociedade Mexicana de Criminologia, certamente nos enriquecerá com seus conhecimentos.

#### REQUERIMENTO Nº 811

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar à família do Sr. Francisco de Assis da Silva, Diretor do Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos Maria Antonieta Scarpari - Ensino Fundamental e Médio, do Município de Goioerê-PR, pelo falecimento ocorrido em 10 de maio do corrente ano.

Requer, ainda, que da decisão, seja dado ciência à família enlutada: Rua Norte do Paraná, 367 - CEP: 87.360-000 - Goioerê-PR.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) NELSON TURECK

#### REQUERIMENTO Nº 827

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, sejam enviados votos de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Antonio Della Betta, ocorrido no dia 06 do corrente mês, na Cidade de Cascavel-PR.

Requer ainda, que seja dado ciência à família enlutada, através de sua esposa, Sra. Leandra Sirino Della

Betta, residente na Rua Suías, 209, Bairro Santa Cruz - CEP: 85.816-120 - Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) NEREU MOURA

#### JUSTIFICATIVA:

O Sr. Antonio Della Betta, nasceu no dia 13/06/1919, na Cidade de Erechim/RS.

Em 1965, fixou residência na Comunidade de Três Águas, Distrito de Platina, Município de Guaraniaçu, dedicando-se à agricultura.

Era casado com a Sra. Leandra Sirino Della Betta, com quem teve 18 filhos.

Viveu durante 30 anos em Guaraniaçu, onde conquistou grandes amizades.

Em 1994, passou a residir em Cascavel, onde permaneceu até o o seu passamento.

Faleceu com 85 anos, causando consternação aos guaraniaçuanos e cascavelenses, deixando em todos dor e saudade irreparáveis.

Através deste requerimento, associamo-nos à tristeza dos familiares, manifestando nossa solidariedade, ao tempo em que prestamos nosso respeito póstumo ao falecido.

#### REQUERIMENTO Nº 815

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão de um voto de congratulações, à Associação das Malharias de Prudentópolis, pela realização da 1ª Feira das Malhas e Produtos da Terra, ocorrida de 06 a 09 de maio.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Wanderlei Baldissera - Presidente da Câmara de Vereadores e à Sra. Rose Daciuk, - Presidente da Associação das Malharias de Prudentópolis, através de correspondência a ser encaminhada à Câmara Municipal sito à Rua Conselheiro Ruy Barbosa s/n e para a Associação das Malharias na Avenida São João s/n - CEP: 84.400-000 - Prudentópolis-PR.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

#### REQUERIMENTO Nº 817

Senhor Presidente:

O Parlamentar que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, vem mui respeitosamente, solicitar votos de congratulações à FENASEG - Federação Nacional das Empresas de Seguros Privados e de Capitalização, pela posse de sua nova Diretoria, triênio 2004/2007.

É importante ressaltar que essa instituição possui um respeitável papel representativo das instituições de seguros privados, capitalização e previdência privada aberta, mantendo a harmonia dos setores acima colocados. Em virtude disso, ficamos honrados em realizar

esta singela homenagem, em nome de toda a população paranaense.

Face ao exposto, solicitamos ainda a especial gentileza em cientificar a Diretoria, em nome de seu Presidente, Sr. João Elísio Ferraz de Campos, junto à SCN quadra 1, bloco C, Brasília Trade Center, s.1607/8, CEP: 70711-902.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 825

Senhor Presidente:

O Deputado Estadual, que subscreve o presente requerimento, valendo-se de suas prerrogativas regimentais, vem REQUERER ao Plenário desta Casa Legislativa que se digne a aprovar a consagração nos Anais da Sessão de hoje, de efusivas congratulações à Primeira Igreja Batista de Marechal Cândido Rondon, em face da comemoração do seu jubileu de ouro de existência, cuja efeméride a comunidade jubilar comemorará festivamente nesse domingo, dia 16 de maio.

Permito, Sr. Presidente e nobres Pares, aqui, contar que a história dos batistas em Marechal Cândido é digna de ser registrada junto a esse documento dada a sua relevância de fé e devoção para a grande obra do Altíssimo.

A colonização do Oeste do Paraná teve a força, a garra e o entusiasmo dos batistas desde os seus primórdios, quando ainda tudo era quase sertão inóspito. Os batistas pioneiros e suas famílias foram pessoas de luta, de fibra, de crença no futuro e de fé indestrutível em Deus. E eles venceram.

Tudo começou a mais de meio século, lá em novembro de 1950, quando o Sr. Albert Pydd (já falecido), da Igreja Batista da Linha 28, no Município de Ajuicaba, Rio Grande do Sul, veio conhecer as terras do Oeste do Paraná, em especial, a colonização de Marechal Cândido Rondon. Talvez, por inspiração divina, quem sabe. Dizem que se entusiasmou por demais. Retornou às terras gaúchas, falando maravilhas da região que acabara de conhecer, passando a organizar caravanas de conterrâneos para comprarem terras na nova região do Paraná. Preferencialmente, incentivava irmãos de fé batista. Vinham em caminhões cobertos de lona e com bancos de tábuas. Praticamente, todos aqueles que vinham conhecer aquela terra promissora, não voltavam sem comprar o seu pedaço de chão.

Entre os primeiros batistas convencidos por Albert Pydd para acompanhá-lo a Marechal Cândido Rondon, em 1951, esteve o Sr. Ewald Henke que tanto se encantou com a nova região, que mesmo sem consultar seus familiares, acabou logo comprando terras, para o mais rápido se instalar nesse novo espaço de futuro certo. O pioneirismo e a força de vontade dessa extraordinária família em muito contribuíram para o desenvolvimento e o progresso de Marechal Cândido Rondon e região.

Em 19 de setembro de 1951, dos caminhões de propriedade de Harry Pydd (este veio a se tornar um grande benfeitor do Município antes referenciado) carregaram a mudança da família Henke, em Santa Rosa, RS, para trazê-la a Marechal Cândido Rondon. Após nove dias de penosa viagem, por estradas difíceis, Ewald Henke, com sua esposa Alice, seus filhos Anita, Kurt, Ulrich, Lori, Willy e Enith, e mais seus pais Adolf e Emilie, ambos com mais de 70 anos, chegava com seus pertences ao Oeste do Paraná. Era um sábado. No domingo, dia 29 de setembro, Ewald com a sua valorosa família e mais o amigo e caminhar Harry Pydd, realizam em sua nova morada o primeiro culto de doutrina batista de Marechal Cândido Rondon. Certamente, de forte gratidão ao Supremo Deus.

Até o ano seguinte, mais famílias batistas já se haviam estabelecido na neo-localidade, valendo lembrar os nomes das famílias de Ernest Tucholke, Emanuel Kublik, Gerhard Frost, Gustav Lange, Waldi Winter (que tornou-se um expoente para a vida de novos agricultores, via empresa Colonizadora Maripá) e outras tantas que se somaram, formando no final de 1952 um núcleo de aproximadamente 50 pessoas.

No transcurso desse tempo, cultos e momentos de oração se realizam periodicamente no seio da comunidade batista. Porém, com a vinda de mais gente os espaços para essa finalidade foram ficando pequenos e inadequados, sem, no entanto, abalar a fé desse laborioso grupo. Orar todos sabiam e sempre tinham algum irmão para uma mensagem de afirmação para a fé.

Em 1953, mais precisamente no dia 19 de abril, por ocasião da primeira evangelização na surgente comunidade batista de Marechal Cândido Rondon, realizada pelo Pastor Oscar Horn, os batistas locais pediram-lhe para ser o mensageiro, para que fosse organizada uma Igreja Batista nessa cidade. Assim, nesse ano, eles começaram a construção do seu primeiro templo, em cujo momento de ser feito a limpeza do terreno para a edificação, o ancião Adolf Henke conclamou: “Irmãos, vamos orar antes de começar a limpar, pois aqui será realizada uma grande obra, para a Glória do Senhor”. Mensagem que sempre deve reverbar na historiografia do Município de Marechal Cândido Rondon.

Relatam também, que em 15 de maio de 1954 (num sábado), a principiante comunidade na época com 85 membros, reuniu-se e decidiu escolher a primeira diretoria e planejar quanto ao seu futuro. Compunham a primeira diretoria: Presidente - Adolf Schegoschewski; Vice-Moderador - Gustav Lange; Secretário - Reinold Freier; Vice-Secretário - Waldi Winter; Tesoureiro - Ewald Henke; Vice-Tesoureiro - Emil Pedde, e vogais Artur Thober e August Jordan.

Muito se poderia falar da rica e abençoada história da comunidade da Primeira Igreja Batista de Marechal

Cândido Rondon, de seus membros, gente tão respeitada por seus princípios e valores no meio social rondonense, e não menos, como em qualquer lugar. Mas, o tempo será a testemunha mais concreta para revelar toda a sua grandeza.

Por isso, concito aos nobres colegas parlamentares que se dignem a aprovar a presente proposição, pois, essa é uma homenagem justa e altamente merecida para uma comunidade que todos nós devemos admirar.

Caso aprovada a presente proposição, o Parlamentar requerente solicita que seja dado ciência da mesma, com a expressão das melhores felicitações, ao Pastor Nilton Schweigert e ao Sr. Haroldo Henke, Presidente da Primeira Igreja Batista de Marechal Cândido Rondon, via correspondência a ser encaminhada à Rua São Paulo, 1225 - CEP: 85960-000 - Marechal Cândido Rondon-PR.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) ELIO RUSCH

#### REQUERIMENTO Nº 813

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública, para que seja com a máxima urgência disponibilizada uma viatura para a Polícia Civil no Município de Prudentópolis.

Tal solicitação, prende-se ao fato de o município contar somente com uma viatura, dificultando sobremaneira o trabalho de investigação policial.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Juraci de Freitas Poli - Presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Prudentópolis, através de correspondência a ser encaminhada à Travessa Wilson João Copack, 144 - CEP: 84.400-000 - Prudentópolis-PR.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

#### REQUERIMENTO Nº 814

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari - Secretário de Estado da Segurança Pública e ao Coronel David Antonio Pancotti - Comandante Geral da Polícia Militar, para que sejam tomadas providências com a máxima urgência no sentido do aumento do efetivo de policiais militares do Município de Prudentópolis.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Juraci de Freitas Poli - Presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Prudentópolis, através de correspondência a ser encaminhada à Travessa Wilson João Copack, 144 - CEP: 84.400-000 - Prudentópolis-PR.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.  
(a) NELSON DAL SANTOS

#### REQUERIMENTO Nº 810

Senhor Presidente:

Hermes Fonseca Filho, Deputado Estadual que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, sejam solicitadas a S. Exa. o Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, as informações abaixo:

1 - Qual o ato legal que criou o NURCE - Núcleo Repressão aos Crimes Econômicos?

2 - Qual o número do Diário Oficial em que foi publicado o ato de formação do NURCE?

3 - Quais as fontes de recursos que dão suporte ao funcionamento do Núcleo?

4 - Quem coordenou os estudos preliminares para sua criação?

5 - Quais Órgãos Públicos ou organizações particulares que fizeram parte desse grupo de estudos?

6 - O Núcleo é integrado por quais órgãos governamentais, ou melhor, quais órgãos estão representados no Núcleo?

7 - O Núcleo é subordinado diretamente a quem?

8 - O Núcleo tem funções deliberativas ou executivas ou ambas?

9 - O Núcleo funciona em próprio do Governo e qual o seu endereço?

10 - O Núcleo presta conta de sua atividade a quem?

Sala das Sessões, em 11.05.2004.  
(a) HERMES FONSECA

#### REQUERIMENTO Nº 820

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja informado a este Poder Legislativo, quantos novos registros de empresas foram efetivados nesta Junta Comercial do Estado, no período entre janeiro a

dezembro de 2003 e janeiro e abril de 2004 e, no mesmo período, quantos registros foram cancelados nesse mesmo cadastro.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, FERNANDO RIBAS CARLI, LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO e WALDIR LEITE.

#### REQUERIMENTO Nº 828

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após aprovação do Plenário, envio de expediente ao Sr. Secretário de Estado dos Transportes, no sentido de que seja efetuada operação tapa-buraco, bem como limpeza (roçada) das rodovias do 14º Distrito Rodoviário.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

As pavimentações asfálticas das rodovias do Noroeste paranaense, construídas de há muito tempo, apresentam sinais de deterioração. O tráfego pesado de caminhões carregados com toda a sorte de mercadoria, notadamente as originárias dos nossos campos de produção, como gado, café, arroz, algodão, soja, milho, feijão, mais enormes toneladas de areia extraídas dos leitos dos Rios Paraná e Paranapanema para servir a construção civil, contribuem para os danos nelas verificados.

Na qualidade de ex-prefeito de importante cidade interiorana, o colega Deputado Waldyr Pugliesi, Secretário de Estado dos Transportes, conhece sobejamente as agruras dos transportadores, dos motoristas e inclusive dos próprios administradores públicos, que ouvem sérias críticas quanto ao estado das nossas estradas, confessando-os impossibilitados de prestar o devido atendimento. O requerimento em tela deverá encontrar a devida ressonância junto ao Governo do Estado, que parte agora para a solução desse angustiante problema. Esperamos a contemplação dos trechos abaixo, pela administração estadual.

RODOVIA/PREFIXO	TRECHO	EXTENSÃO
PRT - 158	Sumaré - São João do Caiuá	28,4
PRT - 158	BR-376 - Tamboara	13,8
PR - 160	Porto Euclides da Cunha - Terra Rica	
PR - 180	Entre PR-557 - Terra Rica	1,4
PR - 180	Terra Rica - Guairaçá	24,2
PR - 180	Guairacá - BR - 376	1,6

PR - 182	Divisa São Paulo - Diamante do Norte - Nova Londrina	30,1
PR - 382	BR-376 - Loanda - Santa Izabel do Ivaí	28,4
PR - 218	Paranavaí - Amaporã - Planaltina do Paraná	48,0
PR - 218	Planaltina do Paraná - Sta. Izabel do Ivaí	29,6
PR - 218	Loanda - Santa Cruz de Monte Castelo	17,5
PR - 218	Sta. Cruz de Monte Castelo - Querência do Norte	25,5
PR - 218	Querência do Norte - Porto Felício	
PR - 498	Floraí - São Carlos do Ivaí	18,2
PR - 494	PR- 464 São João do Caiuá	18,1
PR - 478	PR-218 - São Pedro do Paraná - Porto Rico	22,0
PR - 555	BR-376 - São Carlos do Ivaí	25,6
PR - 558	São João do Caiuá - St. Antonio do Caiuá	13,2
PR - 557	Sto. Antonio do Caiuá - Terra Rica - Diamante do Norte	56,5
PR - 559	Paraíso do Norte - Mirador	17,4
PR - 559	Paraíso do Norte - São Carlos do Ivaí	17,3
PR - 56	PR-218 - Nova Aliança do Ivaí	14,9
PR - 563	Nova Londrina - Marilena	3,8
PR - 576	PR-218 Santa Izabel do Ivaí	10,9
PR - 575	Sta. Izabel do Ivaí - Santa Mônica	17,0
PR - 576	Santa Mônica - Aparecida do Ivaí - divisa do 17º DR	13,7
PR - 577	Entre BR-376 - Porto São José	21,5
PR - 476	PR - 218 - Loanda	
PR - 486	Paranavaí - Tamboara	9,5
PR - 575	Sta. Cruz de Monte Castelo - Porto Rico	14,5

## REQUERIMENTO Nº 821

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, sejam prestadas informações ao Poder Legislativo, a respeito das irregularidades apuradas conforme relatório da auditoria procedida pela Empresa de Consultoria Kroll na Fundação COPEL e divulgadas em matéria do dia 06 de maio no jornal Folha de Londrina, juntando a cópia integral do referido relatório.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, FERNANDO RIBAS CARLI, LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO e WALDIR LEITE.

## REQUERIMENTO Nº 822

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, seja informado a este Poder Legislativo, quantas novas inscrições de contribuintes do ICMS foram efetivadas no respectivo cadastro - CAD/ICMS, no período entre janeiro a dezembro de 2003 e janeiro a abril de 2004 e, no mesmo período, quantas inscrições foram baixadas e ou suspensas, nesse mesmo cadastro.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, FERNANDO RIBAS CARLI, LUIZ CARLOS MARTINS, ADEMAR TRAIANO, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, ELIO RUSCH, VALDIR ROSSONI, BARBOSA NETO e WALDIR LEITE.

## Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 172/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Todas as escolas públicas da rede de ensino estadual deverão instalar nas respectivas portarias de acesso, detectores de metal, com vistas a impedir o ingresso, em suas instalações, de pessoas portando armas de quaisquer natureza.

Art. 2º - Todos os alunos das escolas referidas no artigo 1º usarão uniforme ou avental padronizado, cujo padrão será fixado pelo órgão próprio do Executivo.

Art. 3º- Todos os alunos e funcionários das escolas referidas no artigo 1º só poderão adentrar ao prédio e respectivas instalações portando crachá de identificação e guarda-pó onde conste:

#### No guarda-pó:

I - nome da escola;

II - nome do portador.

#### No crachá:

I - nome da escola;

II - nome do portador;

III - fotografia recente do portador;

IV - número de identificação do aluno ou funcionário;

V - turno de frequência ou de trabalho;

VI - cargo, função ou série.

Art. 4º - Para o atendimento disposto dos artigos anteriores, as escolas da rede pública estadual poderão contar com recursos ou patrocínio da iniciativa privada.

Art. 5º - As despesas da execução desta lei ocorrerão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementas se necessário.

Art. 6º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 dias, a contar da data de sua publicação.

Art. 7º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

A violência crescente no Estado do Paraná, amplamente divulgada pelos noticiários, tem demonstrado grande incidência no âmbito das escolas públicas. Notícias recentes revelam menores armados no interior dos estabelecimentos de ensino, sem que haja um efetivo controle da situação.

Ante tais fatos, visando evitar o ingresso de alunos ou funcionários, no interior das escolas, portando arma de fogo de qualquer natureza, bem como visando haver plena identificação de todos que ali frequentam, resolvemos apresentar esse projeto, para que, implantado, seja um mecanismo de controle e combate à criminalidade, aos atos de violência tão costumeiros no interior das escolas.

PROJETO DE LEI Nº 173/2004  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica criado o Museu Paranaense Online, para possibilitar, via internet, o acesso do maior número possível de paranaenses, brasileiros e interessados em todo o mundo ao patrimônio cultural do Paraná.

Parágrafo Único - O museu a que se refere o *caput* terá como acervo fotos da flora, fauna e demais pontos turísticos do Estado, bem como obras de músicos e artistas paranaenses, dentre outras manifestações da Cultura e História do Paraná.

Art. 2º - O domínio eletrônico do site do museu mencionado no artigo 1º será “www. museuparanaenseonline.org.br”.

Parágrafo Único - O site a que se refere o *caput* deste artigo será criado pela Assembléia Legislativa, hospedado pela CELEPAR, e terá acesso gratuito, contando com a colaboração do Museu Paranaense e da Biblioteca Pública do Paraná.

Art. 3º - O museu virtual criado por esta lei terá como parte de seu acervo obras e informações nas seguintes áreas.

I - Geologia;

II - Geografia;

III - Hidrologia;

IV - História;

V - Flora;

VI - Fauna;

VII - Iconografia: arte, pintura, escultura, gravuras, fotografia, filmografia e multimídia;

VIII - Música;

IX - Literatura;

X - Urbanismo e Arquitetura;

XI - Folclore e memória popular.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) RAFAEL GRECA

#### JUSTIFICATIVA:

Preliminarmente, cumpre considerar que o fato de existir, na estrutura do Governo do Estado do Paraná, Secretaria dedicada à gestão administrativa do tema trat-



ado neste projeto, tal competência (que é, frise, de índole administrativa), não retira da Assembléia Legislativa a prerrogativa de, por seus Deputados, legislar autonomamente sobre a matéria, pois, como Casa única do Legislativo Estadual, pertence-lhe, como regra, a competência para legislar sobre qualquer assunto atribuído pela Constituição Federal ao trato da autonomia legislativa estadual, sendo claro que os reservados à iniciativa privativa do Governador (artigo 66 da CE), apenas o são de modo excepcional, devendo assim serem aplicados de forma restrita.

Não é outra a exegese consagrada pela jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, frisando que “a iniciativa reservada por constituir matéria de direito estrito, não se presume nem comporta interpretação ampliativa na medida em que - por implicar limitação ao poder de instauração do processo legislativo - deve, necessariamente, derivar de norma constitucional explícita e inequívoca.”<sup>1</sup>

Adenda Alexandre de Moraes, que essa regra, por configurar norma geral de processo legislativo, é aplicável aos Estados, Distrito Federal e Municípios, cujos respectivos diplomas legislativos devem, obrigatoriamente, consagrar a iniciativa concorrente para matéria tributária.”<sup>2</sup>

O presente projeto de lei visa disponibilizar, via internet, o acesso à cultura e história paranaense ao maior número possível de pessoas, no Estado, no Brasil, e em outros países. Ademais, o site referido no presente projeto, visa comemorar os 150 anos do Paraná.

Primeiramente, quanto à competência desta Casa para legislar sobre o caso em questão, a Carta Magna prescreve uma atuação paralela entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, conforme se denota do artigo 23, inciso V:

“É competência comum da União, dos Estados, do Distrito e dos Municípios:

V - proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;”

Mais adiante, no artigo 24, inciso IX, dispõe a Lei Maior pátria que compete também aos Estados legislar concorrentemente sobre a “educação, cultura, ensino e desporto”.

Sobre a competência legislativa concorrente, é indispensável a lição do constitucionalista Raul Machado Horta:

“As Constituições Federais passaram a explorar, com maior amplitude, a repartição vertical de competências, que realiza a distribuição de idêntica matéria legislativa entre a União Federal e os Estados-Membros,

1.STF. Pleno, ADin 724-6/RS - medida liminar - Rel. Min. Celso de Mello, Diário da Justiça, Seção I, 27, abr. 2001, p. 56-57.

2.MORAES, Alexandre de. Direito constitucional. 13ª edição. Atlas. São Paulo.p. 531.

estabelecendo verdadeiro condomínio legislativo, consoante regras constitucionais de convivência. A repartição vertical de competências conduziu a técnica da legislação federal fundamental, de normas gerais e de diretrizes essenciais, que recaí sobre determinada matéria legislativa de eleição do constituinte federal. A legislação federal é reveladora das linhas essenciais, enquanto a legislação local buscará preencher o claro que ficou, afeiçoando a matéria revelada na legislação de normas gerais às peculiaridades e às exigências estaduais. A Lei Fundamental ou de princípios servirá de molde à legislação local”.<sup>3</sup>

Assim, tratando o presente projeto de matéria específica sobre a Cultura e História do Estado do Paraná, a Assembléia Legislativa é o órgão legiferante competente para legislar sobre a questão.

De forma prática, esse projeto de lei tem como finalidade celebrar e divulgar a cultura e história do Paraná. É necessário que se enalteça a rica cultura de nosso Estado nas mais diferentes formas possíveis. Hoje, sendo a internet um grande canal de comunicação, deve-se utilizá-la como forma de patrulhar a terra, a gente, a arte e os personagens paranaenses, de maneira a comemorar o sesquicentenário e a beleza da cultura do Estado do Paraná.

Por fim, o presente projeto de lei visa cumprir com o dever do Estado elencado no artigo 215 da Constituição Federal, que dispõe: “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.”

#### PROJETO DE LEI Nº 174/2004 A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - A instalação e controladores de velocidade no âmbito do Estado do Paraná fica limitada às condições estabelecidas nesta lei.

Parágrafo Único - Considera-se controladores de velocidade para fins de fiscalização os equipamentos com a finalidade de exercer o controle e a fiscalização, do trânsito no âmbito do Estado, por meios mecânicos, elétricos e eletrônicos, desde que possuam avisos sonoros e luminosos, permitindo ao usuário ser informado do excesso de velocidade cometido, conforme determina a Resolução 146/2003, do CONTRAN.

Art. 2º - Fica estabelecido que as empresas prestadoras de serviços acatarão primeiro aviso de infração como multa educativa, ou seja, sem ônus para o motorista.

3.HORTA, Raul Machado. Estudos de direito constitucional. Belo Horizonte: Del Rey, 1995. p.366

Art. 3º - O Estado, através do DETRAN, deverá fiscalizar a substituição em todo o Estado, dos atuais controladores de velocidade, por aqueles elencados no parágrafo único do artigo 1º.

§ 1º - Fica estabelecido o prazo máximo de 120 dias, a contar da data de promulgação desta lei para que a substituição seja efetivada em todo o Estado.

§ 2º - Os controladores de velocidade em atividade que não estejam de acordo com o especificado no parágrafo único do artigo 1º, deverão ser desativados num prazo máximo de 30 dias a contar da data de promulgação desta lei.

Art. 4º - Fica proibido no âmbito do Estado do Paraná, a deflagração de processo de aquisição de controladores de velocidade para fins de fiscalização, mediante financiamento, tanto pelo fornecedor, quanto por instituições financeiras.

§ 1º - Incumbe aos órgãos adquirentes de equipamentos controladores de velocidade para fins de fiscalização, exigir no processo licitatório pertinente, a concessão de garantia incondicional de, no mínimo, doze meses, de forma a desonerar o erário de qualquer pagamento referente à manutenção nesse período.

§ 2º - Após a data termo dos contratos vigentes relacionados à manutenção de equipamentos instalados, havendo a renovação ou nova contratação, esta limitar-se-á ao valor de dois por cento mensais do custo médio atual dos equipamentos, para a remuneração dos serviços necessários à manutenção e às aferições.

§ 3º - Em hipótese nenhuma poderá o órgão adquirente de equipamentos controladores de velocidade para fins de fiscalização, pagar os equipamentos por comissão sobre as multas auferidas pelo equipamento, conforme legislação Federal em vigor.

Art. 5º - No caso de qualquer tipo de contratação de equipamentos controladores de velocidade para fins de fiscalização, o respectivo contrato deverá prever o local onde este deverá ser instalado, não sendo admitida a recolocação do equipamento sobre o mesmo termo contratual.

Parágrafo Único - A instalação dos controladores de velocidade para fins de fiscalização no âmbito do Estado do Paraná, deverá estar sempre associada às estatísticas de acidentes de trânsito e grau de periculosidade do local de sua instalação, conforme a Resolução 146/2003 do CONTRAN.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) MAURO MORAES

#### JUSTIFICATIVA:

Nossa proposta tem como objetivo regulamentar a utilização de controladores de velocidade no Estado do Paraná, erradicando de uma forma definitiva os chama-

dos “pardais”, cujo único objetivo tem sido o de enriquecer alguns empresários do setor.

Os chamados “pardais” são instalados, nos Municípios e nas rodovias estaduais, sem nenhum critério, a não ser o de arrecadar polpudas comissões aos proprietários dos aparelhos. Sabemos que em alguns casos a instalação é gratuita, sem ônus para o Município ou Estado, sem que se faça um estudo técnico estatístico sobre a ocorrência de acidentes no local de instalação. Isto sem falar na falta de sinalização adequada, conforme diretrizes do CONTRAN, que são flagrantemente desrespeitadas.

A troca dos famigerados “pardais” por lombadas eletrônicas, como proposto neste projeto de lei, se faz necessária principalmente por três fatores.

Primeiramente por sua natureza educativa decorrente da uniformização, em todo Estado desses controladores de velocidade, utilizados por outros Estados da Federação.

Em segundo, por suas características técnicas, que facilitarão aos motoristas a adequação da velocidade de seus veículos à redução exigida. A visualização das lombadas a longa distância obrigará ao motorista a diminuição da velocidade e a aferição da sua ao passar pelo equipamento, sabendo se foi multado ou não por aviso sonoro.

Em terceiro, pela própria razão de instalação desses dispositivos. Pois se o objetivo principal é o evitar acidentes, nos locais mais perigosos das ruas, avenidas e estradas, a sua instalação será precedida de estudo, técnico e estatística e os locais escolhidos não serão ermos, escondidos, sem visibilidade para os motoristas incautos.

É nosso dever primar pela transparência na lide das coisas públicas. Todos temos direitos e deveres, e ao Estado incumbe preservar os direitos dos cidadãos. Hoje, conforme o noticiado, existem mais de 3 milhões de veículos que não fizeram a revisão anual. Os motivos? Multas impagáveis, altas taxas de IPVA, corrupção desenfreada nos órgãos de fiscalização. Imaginem o perigo que representa para o povo deste Estado essa quantidade enorme de veículos sem condições de trafegar, sem a revisão mínima necessária para uma direção segura no trânsito tão conturbado destes dias.

Propormos esta mudança de direção no trânsito do nosso Estado é mais do que um dever é nossa obrigação.

#### PROJETO DE LEI Nº 175/2004

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Bispo Dom Efraim Basílio Krevey.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.05.2004.

(a) NELSON DAL SANTOS

#### JUSTIFICATIVA:

Dom Efraim Basílio Krevey, filho de João Krevey e Sofia Barbal Krevey, nasceu na localidade de Saltinho, Município de Ivaí no Estado do Paraná, no dia 12 de dezembro de 1928. Frequentou a escola local de Saltinho, nos anos 1937-1939, sendo sua professora a dona Ana Bardal, sua tia. Em 1939, quando a visita canônica de Dom Ivan Bushko, o pároco Padre Orestes Karpliuk o incentivou para a vida sacerdotal. No ano seguinte, ingressa no Seminário São José, em Prudentópolis, onde terminou os seus estudos ginasiais. Em 1943 orientado pelos superiores, ingressou no noviciado dos Padres Basilianos. Em 1945, inicia seus estudos humanísticos e filosofia no mosteiro da localidade de Iracema, em Santa Catarina. No final de 1948 parte para Roma, onde, nos anos seguintes, faz seus estudos teológicos, na Pontifícia Universidade Gregoriana, alcançando o grau de Bacharelado em Teologia.

O caminho para o sacerdócio se iniciou em 04 de março de 1951, quando recebeu as ordens menores. O diaconato aconteceu no dia 25 de março do mesmo ano, em Roma, pela imposição das mãos de Dom Ivan Bushko. A ordenação sacerdotal aconteceu na Igreja de São Sérgio e Baco, em Roma, no dia 12 de novembro de 1951, sendo ordenante o próprio Dom João Bushko. Retorna ao Brasil no final do ano de 1952. No ano seguinte, após a celebração da Primeira Divina Liturgia Solene, em sua Colônia, é nomeado coadjutor da Paróquia de São Josafat em Prudentópolis e professor no Seminário São José dos Padres Basilianos. Em 1955, torna-se Diretor do Seminário e em 1959, torna-se o Superior do Mosteiro dos Padres Basilianos bem como Pároco da Paróquia de S. Josafat em Prudentópolis. Desempenhou esse cargo até o mês de junho de 1959. Durante este tempo, concluiu a construção do Seminário e Mosteiro, bem como a reforma de toda a Igreja de S. Josafat. Readquiriu os terrenos, onde hoje está construído o Centro Social Clube 12 de novembro, no centro da cidade de Prudentópolis. No campo pastoral, sempre se distinguiu pelo zelo apostólico no atendimento a todos os paroquianos, distinguindo-se o seu trabalho entre os jovens.

Fundou, durante esses anos, o grupo folclórico, hoje denominado Grupo Folclórico Vesselka. Em junho de 1969, é transferido para Curitiba, onde inicia os trabalhos na Casa de Formação dos Padres Basilianos. Em 1970 foi eleito Provincial dos Padres Basilianos na Província de S. José, aqui no Brasil. Desenvolveu por pouco tempo este seu cargo, visto que no dia 29 de novembro de 1971, foi nomeado Bispo Coadjutor da Eparquia Ucrâino-Católica de São João Batista para os ucranianos católicos de todo o Brasil. Foi ordenado Bispo na Basílica de São Pedro em Roma, sendo ordenante o próprio Papa Paulo VI, no dia 13 de fevereiro de 1972.

Assumiu a Eparquia como Coadjutor de D. José Martenetz no mês de março de 1972.

D. Efraim distinguiu-se sempre pelo seu zelo apostólico e empreendedor, como Bispo, dentro da Eparquia. Numerosas são as visitas pastorais, incentivando o povo em sua caminhada cristã, na conservação do próprio Rito, como também das tradições. Para melhor atendimento pastoral dos fiéis, incentiva-se a formação de novas comunidades, principalmente nas regiões novas do Paraná, nos municípios de Pitanga, Roncador, Campo Mourão, Cascavel e Pato Branco. Fundou várias paróquias. Em 1972 inicia a construção da nova Sede Eparquial em Curitiba.

Fundando o Grupo Folclórico Poltava, constrói também o Clube, Centro Religioso Cultural Poltava, centro de erradicação da cultura religiosa e popular entre os ucranianos em Curitiba e no Paraná. Em 10 de maio de 1978 se tornou o segundo Eparca da Eparquia Ucrâino-Católica de São João Batista, com a renúncia de Dom José Martenetz, alquebrado pela doença.

Dom Efraim sempre incentivou, durante o seu ministério episcopal, a construção de várias igrejas do rito ucrâino-católico, fazendo com que a Eparquia muito prosperasse. Convém ressaltar o seu trabalho com os jovens e profissionais, na organização de vários encontros e congressos da juventude e comunidade ucraniana no Brasil.

Dom Efraim, durante estes cinquenta anos de sacerdócio e 31 anos de ação pastoral, em particular 25 anos de Eparca, em prol do Reino de Deus e bem da Eparquia, com certeza, colhe os frutos, semeados com generosidade, disposição, animado sempre no seu lema episcopal: A caridade jamais acabará. Sim, através de sua pessoa e ação se sente o reavivar da fé de um povo em sua caminhada cristã. Que Deus dê muitos anos de vida a Dom Efraim no comando da Igreja Ucrâino-Católica no Brasil.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta Casa de Leis, para aprovação do projeto de lei que concede Título de Cidadão Benemérito ao Bispo Dom Efraim.

#### O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Queremos cumprimentar, antes de darmos início ao Pequeno Expediente, aos companheiros de Ponta Grossa que estão nos visitando hoje, Vereador José Pimentel - Presidente da Câmara de Ponta Grossa, Alessandro R. de Moraes, Leopoldo Guimarães da Cunha, João Marcos Fosmazari, José Luiz Teixeira e Nereu Malaquias, que nos honram com as suas presenças.

E hoje o Grande Expediente está reservado, conforme requerimento aprovado no dia 03/05, formulado pelos Deputados Plauto Miró Guimarães e Jocelito Canto, reservado para a Organização pró-Medicina de Ponta Grossa.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES (Pela Ordem)

Queremos registrar também, em conjunto com a comitiva de Ponta Grossa, o Vereador Rogério Serman que está na comitiva de Vereadores que vêm participar desta Sessão.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Cumprimento também o Vereador Rogério Serman. As boas vindas desta Casa.

No Pequeno Expediente, Elio Rusch.

**O SR. ELIO RUSCH**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uso a tribuna no dia de hoje - na verdade ainda estou esperando algumas fotografias que devem estar chegando, para, durante o meu pronunciamento, mostrar aos Srs. Parlamentares.

A questão da Segurança Pública é por demais preocupante, porque ela afeta a sociedade do Paraná num todo; Capital, nas regiões metropolitanas, bem como no interior. Eu não me canso de fazer as considerações aqui na Assembléia Legislativa, desta tribuna, cobrando por parte do Governo do Estado, principalmente através da Secretaria da Segurança Pública, uma ação mais efetiva para combater a criminalidade no Paraná.

O Deputado Bradock é um profundo conhecedor da questão da Segurança Pública em nosso Estado, e por não dizer do Brasil. A região que eu represento, Oeste do Paraná, tem sido vítima de inúmeros assaltos por parte dos marginais. Após a construção do Lago de Itaipu, e pela facilidade que os marginais encontraram para transportar os objetos furtados no Brasil para o Paraguai, via Lago de Itaipu, e vice-versa, existem as denúncias que usam também o lago, Deputado Dobrandino, para trazer ao Brasil drogas e armamentos.

Até 1995, antes do Governo Jaime Lerner, nós tínhamos praticamente um assalto por dia aos agricultores, e o Governo na época nada fez, aliás, quando fazia alguma ação, fazia propaganda na televisão e nas rádios, jornais, dizendo, Deputado Traiano, estar indo para a região Oeste um centro de operações especiais, como se fosse alertar os marginais dizendo: "olha, estamos lá, agora, e você não pode agir", e quando saíam, comunicavam novamente: "olha, a semana que vem o centro de operações está indo embora".

Mas, com a criação da Patrulha Rural pelo ex-governador do Estado, amenizou, e muito, a questão dos assaltos, principalmente aos agricultores, desde Guaíra até Foz do Iguaçu.

Sabemos que nunca se resolve a questão da segurança pública, mas você pode diminuí-la. E na semana passada o Secretário da Segurança Pública esteve no Oeste do Paraná, e como a imprensa tem noticiado, explodiram alguns portos clandestinos, também disse o próprio Secretário da Segurança Pública.

Nós concordamos com a atitude da Secretaria da Segurança Pública de melhorar e oferecer maior segurança para a população ou de dificultar a ação dos mar-

ginais via Lago de Itaipu, ou seja, pela facilidade que tinham com os portos clandestinos, ou via Guaíra ou via Ponte da Amizade em Foz do Iguaçu, de transportar os objetos roubados aqui no Brasil.

O Secretário da Segurança Pública foi lá e detonou alguns portos clandestinos. Cito um porto, de Entre Rios do Oeste, que era onde os pescadores tinham a sua colônia; usaram três toneladas de dinamite. Esse serviço poderia ter sido executado com uma retroescavadeira, e todos os Municípios estão à disposição disso. O que causou isso? Não sou da área, mas, segundo as pessoas da região, causou um impacto ambiental: derrubaram árvores, estragaram uma rede de água e detonaram tudo!

Por que fazer isso? Pega o maquinário da Prefeitura e destrói esses portos, como foi feito no passado! Mas, o que mais me entristece, foi o Secretário da Segurança Pública chegar lá no Oeste e chamar a Polícia de incompetente! Isso não posso admitir! Para quem conhece o trabalho da Polícia Militar e Civil desde Guaíra até Foz do Iguaçu. O Capitão Wellington, que é da Polícia Militar, Comandante da Companhia de Marechal Cândido Rondon, fez um trabalho incansável! Os delegados fizeram um trabalho incansável!

Então, não pode o Secretário da Segurança Pública chamar a Polícia Militar de incompetente. É inconcebível! A Polícia Militar, muitas vezes, enfrenta marginais com desigualdade de condições! Não é justo, um homem que deveria reconhecer o trabalho valoroso e glorioso da Polícia Militar do Estado do Paraná e não denegrir a imagem dessas pessoas!

A atitude de destruir o porto e coibir a criminalidade, tem total apoio nosso, mas não posso conceber que um Secretário não queira reconhecer o bom trabalho que a Polícia Militar está fazendo de Guaíra até Foz do Iguaçu, principalmente na patrulha rural. Os agricultores estão satisfeitos. Existe roubo? Existe, mas diminuiu, e muito! Vamos reconhecer as coisas boas feitas pela nossa Polícia.

Muito obrigado.

**O SR. PADRE PAULO CAMPOS (Pela Ordem)**

Gostaria de registrar a presença do Prefeito de Paissandu, Dr. Moacir, e também do professor Otávio, de Londrina.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Sejam bem-vindos. Ficamos felizes com suas presenças.

Com a palavra, o Deputado Elton Welter.

**O SR. ELTON CARLOS WELTER**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo do Paraná.

Com muita honra pude representar esta Casa de Leis numa missão do Programa de Estudos Avançados para Líderes Públicos, na viagem que fizemos à Europa.

Esse evento foi organizado pelo SEBRAE, pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano, pela Secretaria do Planejamento do Estado do Paraná e pela Associação dos Municípios do Paraná.

Estiveram presentes, Prefeitos, alguns Vereadores, Secretários Municipais ligados às pastas do Planejamento ou Indústria e Comércio. Estiveram presentes nessa missão vinte pessoas do Paraná e com muita satisfação pude representar esta Casa de Leis. Conhecemos experiências fantásticas do ponto de vista do desenvolvimento econômico na região da Catalunha, na Espanha e na região da Emília Romana, na Itália.

Na Espanha, fomos, num primeiro momento, visitar a Universidade Aberta da Catalunha. Já ficou um compromisso de celebrarmos parcerias com as nossas universidades do Paraná. É um grande passo, um avanço do ponto de vista das parcerias.

Também conhecemos, na Cidade de Barcelona, a Agência de Desenvolvimento Local que se chama Barcelona Ativa e deixamos todos os contatos para, em médio prazo, fazermos parcerias com aquele Município e com essa agência de desenvolvimento local.

Na Cidade de Taragona conhecemos a questão do turismo e desenvolvimento, também, na Cidade de Réus, Mararó e Ripoles, onde conhecemos a Fundação Eduardo Soler. Nesses lugares da Espanha deixando todos os contatos do Governo do Estado do Paraná, através das Secretarias de Desenvolvimento Urbano e do Planejamento.

Na Cidade de Penedês, tivemos a apresentação da estratégia de promoção econômica daquela Cidade. Na Itália conhecemos toda a região da Emília Romana; visitamos várias Cidades. Passamos pela Cidade de Bologna, conhecemos a entidade Ervet, que é a Agência de Desenvolvimento Regional e, na Cidade de Módena, conhecemos a CNA que é a Confederação Nacional das Pequenas e Médias Empresas. Além disso, fizemos visitas ao Distrito Agroalimentar, onde a grande ênfase são as pequenas agroindústrias daquela localidade.

Na Cidade de Carpe, conhecemos a Agência de Desenvolvimento do Setor Têxtil, de onde sairá uma grande parceria com o Paraná que é a Cidade de Cianorte, onde há um interesse muito grande nesse segmento e Terra Roxa, que também começa a se desenvolver nesse segmento. Então, haverá, com toda certeza, em médio prazo, a ponte. As referências foram feitas e a parceria com o Governo do Paraná com certeza acontecerá, pois a disposição dos espanhóis e italianos foi muito grande.

Para finalizar, Sr. Presidente, quero deixar claro que, tanto na Espanha, quanto na Itália, na questão de democracia eles estão mais avançados do que nós. Por outro lado, dadas as suas condições naturais, a população, o tempo de colonização, a ocupação (que já são mais de dois mil anos antes de Cristo, na região da Espanha e também da Itália), e o período democrático deles que é um pouco maior do que o nosso, eles avançaram um pouco mais, fizeram naqueles países o que se chama de pactuação social: sentam-se numa mesma mesa. Em

todos os eventos que tivemos os prefeitos daquelas localidades (os alcaides, que eles chamam) sempre estavam presentes, o setor do empresariado e o setor ligado aos sindicatos.

Senti-me surpreso porque há uma co-responsabilidade. O que se faz naqueles países é o planejamento estratégico regional e local junto com todos os agentes políticos e também com o setor público e privado. Há uma participação efetiva da universidade. Os seus planejamentos estratégicos (por curiosidade perguntei quanto tempo levava) levam em torno de dois anos para fazer e isso dá uma demonstração da seriedade. Tão logo é definido o plano de desenvolvimento, todos os setores trabalham incisivamente para solucionar os problemas de emprego, de capacitação de trabalhadores, de oportunizar novos negócios para os novos empreendedores.

Então, as agências de desenvolvimento local, as agências de capacitação tanto de empresários como de trabalhadores, ficou muito claro que a sua experiência vale a pena adaptarmos no Brasil

O que se sentiu claramente, é que o Brasil, o Paraná, as nossas regiões, estão no caminho certo. O que nós precisamos é sentarmos cada vez mais com os nossos agentes políticos. Nós, legisladores, junto com todo o segmento produtivo, as classes trabalhadoras através dos sindicatos, as universidades, fazermos de tudo para cada vez mais os nossos orçamentos, a nossa LDO, o nosso Plano Plurianual e as leis orçamentárias sejam discutidas de forma localizada e regionalizada.

Acredito que se nós cada vez mais aprofundarmos a discussão dos nossos orçamentos - que são mais limitados do que os deles, - o País, o Estado e as nossas regiões têm grande potencial, com toda certeza, dadas as condições climáticas, solo e capacidade de expansão produtiva, porque lá eles ocupam cada palmo; eles têm uma capacidade de produção maior do que a nossa porque ocupam cada espaço. Mas, em áreas físicas, o País, o Paraná, tem um potencial fantástico.

Acredito que os Estados do Brasil como um todo vão se desenvolver rapidamente, até porque a linha do novo Governo, o principal eixo do Governo Lula é democratizar ao máximo as políticas públicas. É criar condições de inclusão social do microcrédito, da inclusão social da microempresa, de capacitação dos nossos trabalhadores. De fazer com que cada vez mais haja menos exclusão social.

Esse é o grande desafio. É claro que para isso precisa haver o desenvolvimento econômico com crescimento neste País. Nesse sentido, acredito que estamos no caminho certo.

Uma notícia muito boa, recente, foi de que o Banco Mundial autorizou que os recursos aplicados no setor de infra-estrutura não sejam considerados como despesa na questão da receita primária do orçamento da União. Isso é positivo, porque empresas como a COPEL poderão fazer mais investimentos e isso

poderá alavancar ainda mais o desenvolvimento do nosso Estado.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Próximo orador, Deputado Plauto Miró, PFL.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Quero começar fazendo uma saudação aos Vereadores de Ponta Grossa que se fazem presentes no dia de hoje, também de membros da comunidade pontagrossense, que estão acompanhando a Sessão deste dia, para trazerem aqui o seu voto de protesto por mais uma vez - em especial hoje dia 11, véspera do aniversário de um ano do fechamento do curso de Medicina da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

A todos os amigos de Ponta Grossa que aqui estão, um abraço.

Sr. Presidente, Srs. Deputados: no dia 06 de abril do ano de 1968, nós tivemos a criação da Universidade Estadual de Ponta Grossa, da Universidade Estadual de Maringá, e da Universidade Estadual de Londrina.

O criador dessas universidades foi o ex-Governador Paulo Pimentel, criou também o curso de Medicina na Universidade de Ponta Grossa. Vários anos se passaram e depois de 32 anos, tivemos a coragem do Governo do Estado do Paraná, de fazer a implantação desse curso de Medicina da UEPG.

Tivemos no ano de 2001, no Governo anterior, a liberação de recursos para que pudéssemos ter a implantação do curso do Bloco de Medicina e também a autorização para contratação de professores, autorização para compra dos equipamentos dos laboratórios para este curso. O tempo passou, os alunos fizeram vestibular e depois de estarem já há alguns meses cursando, os acadêmicos de Medicina, como a Universidade, como a Cidade de Ponta Grossa, como o Estado do Paraná, recebeu do Governador do Estado, Roberto Requião, um não para a sua continuidade! Ele suspendeu o curso de Medicina da Universidade de Ponta Grossa!

Quarenta acadêmicos de Medicina estavam cursando e foram transferidos para outras universidades, como Londrina, Maringá e também Cascavel, com isso criando uma situação inesperada para todos nós, pontagrossenses, que há muito tempo esperávamos a implantação do curso e vimos, por um ato do Governador do Estado, sem conversar com ninguém da Cidade de Ponta Grossa, com nenhum membro da Universidade, nenhum membro da sociedade, com nenhum político da Cidade, ele tomou essa atitude! Uma das acadêmicas, sem condições financeiras, não teve condições de ir estudar e cursar Medicina, pois ela passou no vestibular, e acabou perdendo a vontade que tinha de tornar-se médica.

Pasmem! Escutamos o Governador do Estado dizer que o problema era financeiro! O curso não poderia

ter sua continuidade, porque faltavam recursos para dar sequência na sua implantação! Muito bem, faltava!

Dias depois de fechar o curso de Medicina da UEPG, vimos o Governador do Estado fazer a estadualização da Faculdade Luiz Meneguel, em Bandeirantes, liberando quatro milhões e meio de reais para que ela pudesse tornar-se uma Faculdade Estadual.

Vimos há poucos dias atrás, também, o Governador Roberto Requião - quero deixar claro aqui que não tenho nada contra - liberando recursos para a criação da Universidade do Litoral! Muito bem, temos que ter a Universidade do Litoral, ninguém aqui é contra, mas somos contra a desculpa que o Governador Roberto Requião dá para a Universidade de Ponta Grossa e para a nossa Cidade, que o problema é financeiro!

Vimos o Governador investir em tantas outras coisas que consideramos que são de suma importância, como a compra de um avião de cinco milhões de reais que ele fez para o Governo do Estado. O que é mais importante, a educação dos paranaenses ou um avião para o Governador viajar pelos Municípios e Estados do nosso Brasil.

**(Passa a fazer uso do Horário da Liderança do Partido)**

Enfim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podia deixar de manifestar-me no dia de hoje, um dia de luto da Cidade de Ponta Grossa, da nossa Universidade e dos acadêmicos que vêm, no dia de amanhã, um ano de aniversário do fechamento desse curso. E mais, outros cursos no Paraná também foram fechados, quarenta e três, pela mão do Governador Roberto Requião!

Não podemos aceitar! A educação está acima de tudo e é nesta linha que nós discursamos e defendemos. Como pontagrossense, como cidadão que vive em Ponta Grossa eu digo, não aceitamos a posição do Governo do Estado! Espero que ele - que é um Governador muito equilibrado - possa rever essa posição e retornar à nossa Universidade esse curso.

Concedo um aparte ao Deputado Nelson Justus.

**O Sr. Nelson Justus**

Deputado Plauto, quero cumprimentá-lo e, ao mesmo tempo, solidarizar-me, não só com V. Exa., como também com o Deputado Jocelito Canto, representantes que são dessa Cidade de Ponta Grossa, aqui nesta Casa, mas, também solidarizar-me com toda a Cidade, com toda a região dos Campos Gerais!

Realmente, nós entendemos, em parte, que deva-se tomar um cuidado muito grande ao se abrir novas faculdades, novas universidades, mas jamais frustrar aquela população, aqueles jovens que já ingressaram e que já estavam cursando a Faculdade.

Por essa razão solidarizo-me pessoalmente com V. Exa. e com todos os pontagrossenses e todos aqueles estudantes e pais de estudantes que se sentiram prejudicados com o fechamento desses cursos.

Deputado Plauto e Deputado Jocelito e todos pontagrossenses, sem dúvida nenhuma, nós acreditamos no bom senso daquelas pessoas que têm o poder e que têm a humanidade de rever os atos tomados de maneira errada. Deus queria que sejam iluminadas essas pessoas, nem que seja por alguns momentos, para que possam rever essa posição desastrosa, nem que seja por alguns momentos, para que possam rever essa posição desastrosa, não só para os Campos Gerais, mas para todo nosso Estado.

Parabéns, pela sua luta, e é uma pena que nós temos que comemorar um ano dessa maneira, mas em momento algum os pontagrossenses poderão calar-se diante dessa injustiça, dessa insensatez que foi cometida com a nossa Ponta Grossa.

Muito obrigado.

#### O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Obrigado Deputado Nelson Justus, agradeço o seu aparte. Quero deixar claro que periodicamente, nesta tribuna, nós estaremos alertando, lembrando e mostrando que Ponta Grossa não esquece! Ponta Grossa vai, sim, no momento certo, demonstrar a sua insatisfação, que o momento certo para o político é na hora da eleição, é na hora das urnas, e Ponta Grossa vai mostrar aqueles que penalizaram a nossa cidade, disseram não para a nossa Universidade e, que demonstram até mesmo uma posição de quem não gosta de Ponta Grossa e não gosta dos Campos Gerais.

Eu espero que, novamente repito, o Governo reveja essa posição que tomou porque é uma posição que desagrada, que consideramos incorreta, porque prejudica diretamente a educação do nosso Estado do Paraná, a nossa Universidade e a cidade de Ponta Grossa e toda a região dos Campos Gerais.

Deputado Elio Rusch, com a palavra.

#### O Sr. Elio Rusch

Deputado Plauto, eu que venho acompanhado-o desde 1990, quando V. Exa. se elegeu Deputado pela primeira vez, e sempre tem definido com muita propriedade, os interesses, não só de Ponta Grossa, mas dos Campos Gerais, no seu primeiro, segundo e terceiro mandatos, junto com o ex-Governador Jaime Lerner.

Acho que essa conquista do curso de Medicina de Ponta Grossa não foi só uma conquista de V. Exa. quando era Deputado, porque na época o Deputado Jocelito Canto, exercia a função de Prefeito; ficou dois anos sem mandato. Mas, agora, exatamente, junto com V. Exa., para que o Governo do Estado possa reaver sua posição.

Mas, essa luta foi da comunidade de Ponta Grossa, essa conquista foi do Município de Ponta Grossa e, não só da comunidade acadêmica, e da comunidade universitária, mas foi da cidade, em termos gerais.

Nós vemos com muita tristeza, Deputado Plauto, quando o Governo do Estado fecha 43 cursos em funcionamento do Paraná, ainda mais um curso como Medicina, em Ponta Grossa. Os investimentos foram feitos os inves-

timentos na construção civil, em equipamentos, no material humano, na pessoa dos professores, na qualificação das pessoas que vinham trabalhar no curso de Medicina, e vem o Governador do Estado do Paraná, o atual Governador Roberto Requião, tirar direito não de Ponta Grossa, mas tirar o direito da comunidade do Paraná e, principalmente, da comunidade dos Campos Gerais, de tirar esse curso de Direito!

Parabéns a V. Exa., que tem, por inúmeras vezes, usado esta tribuna para conscientizar o Governo do Estado, para que reveja a sua posição e devolva para Ponta Grossa aquilo que lhe é de direito e sagrado, o curso de Medicina.

Lamentavelmente V. Exa. usa hoje, como eu sou solidário com V. Exa., essa fitinha preta, que é fitinha de luto, luto pelo fechamento do curso de Medicina do Paraná, especialmente, na cidade de Ponta Grossa.

Parabéns a V. Exa., que sempre tem o nosso apoio e a nossa solidariedade.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Só teríamos um minuto para a conclusão, Deputado Plauto Miró.

#### O Sr. Ademar Traiano

Apenas para contribuir.

#### O SR. PRESIDENTE (André Vargas)

Trinta segundos.

#### O Sr. Ademar Traiano

Sou solidário com o seu pronunciamento, neste dia que se completa 1 ano de fechamento do curso de Medicina da cidade de Ponta Grossa.

O Governo do Paraná tem dado demonstração de praticamente enfraquecer o Estado do Paraná em todos os sentidos.

Há um desmonte no Paraná, quer seja na área industrial, no segmento agrícola, na área universitária, num dos setores mais importantes da vida do jovem paranaense que é o esporte, com o desmonte, e que amanhã o Deputado Elio, com certeza, fará um pronunciamento da nossa Universidade do Esporte aqui no Paraná e é lamentável que a cidade de Ponta Grossa, uma cidade histórica, que tem tradição, que realmente é o grande celeiro do Paraná, economicamente, que gera muitas divisas para o Estado, tenha um golpe desse tamanho, sacrificando a nossa agente de Ponta Grossa, os universitários que com certeza sonhavam e sonham ainda em poder frequentar um curso de Medicina naquela cidade, berço histórico do ensino universitário do Paraná.

Parabenizo V. Exa. pela posição corajosa ousada e determinada com que tem defendido os interesses de Ponta Grossa nessa tribuna e nesta Casa.

Parabéns a V. Exa. e conte com o nosso apoio e nossa solidariedade.

## O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Agradeço os apartes e quero dizer aqui que nós, neste ano que completa a suspensão do curso de Medicina, com muita tristeza estamos nesta tribuna e quero agradecer ao movimento pró-medicina, incansável, sempre pronto para reivindicar, sempre pronto para levantar a bandeira em defesa da nossa universidade, da nossa Cidade, da região dos Campos Gerais e do Estado, em defesa do retorno do curso de Medicina na nossa universidade.

E a todos os Vereadores de Ponta Grossa que estão hoje na Assembléia Legislativa do Paraná, para mostrarem aqui a sua posição contrária à atitude que o Governador tomou.

Voltaremos aqui, periodicamente, Sr. Presidente. Não vamos esquecer aquilo que foi feito há um ano atrás pelo Governador Roberto Requião, não vamos deixar que a nossa Cidade de Ponta Grossa assista da forma como o Governador fez o fechamento do curso de Medicina, ser uma reação de nós, pontagrossenses, ser uma reação de toda a Cidade, da Universidade Estadual de Ponta Grossa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

## O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Deputado Tadeu Veneri, por cinco minutos.

## O SR. TADEU VENERI

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, jornal aqui de Curitiba. A Folha de Londrina, da quinta-feira, 6 de maio de 2004, trouxe, como uma de suas matérias os desvios da Fundação COPEL que, segundo o jornal, chegam a 180 milhões de reais.

E o motivo de eu vir a esta tribuna não é esta matéria, mas é especificamente, - e eu falei com o Líder do Governo, Deputado Natálio Stica - uma situação que se criou a partir da divulgação parcial do relatório feito pela Kroll Associates Brasil S/A, que foi a empresa contratada para fazer toda a investigação dentro da Fundação COPEL, e que nós, no ano passado, requisitamos esse relatório e fizemos um pedido de informação que foi respondido, Deputado Dobrandino, não na íntegra, mas parcialmente, e que para a minha surpresa o relatório não veio, porque estava sendo concluído.

Entretanto, este mesmo relatório já está de posse o Ministério Público, já está com a imprensa, já está com algumas pessoas, inclusive dentro da COPEL, e não chegou até a Assembléia Legislativa!

Eu, quando falei com o Deputado Natálio Stica, hoje, ainda, coloquei que lamento que isto aconteça, porque me parece que a Assembléia não pode, em hipótese alguma ser normalmente a última a saber o que está acontecendo.

Não é possível que a Fundação COPEL, que teve a sua diretoria substituída por ter comprado debêntures de empresas que até hoje ela não conseguiu repassar, ter feito investimentos em bancos, que são considerados

bancos pequenos, como é o caso do Banco Santos e do Banco Panamericano, e até hoje não ter explicado por que fez esses investimentos. E quando nós solicitamos o relatório da empresa Kroll, ele não vem para nós, mas, surpreendentemente, chega no Ministério Público, e mais ainda, chega a pessoas da COPEL que hoje estão de posse desse relatório, e vieram me procurar inclusive. E nós, oficialmente, não conseguimos receber!

Queria só colocar, porque algumas perguntas que são feitas, acho que são interessantes. Quando a Fundação COPEL diz que contratou profissionais de mercado para operar a mesa durante um ano, eu quis saber quem eram esses profissionais, quem era o Sr. Assis Surugi Neto, que é do Banco Santos. Que profissional é o Sr. Paulo Anibal Cruz dos Santos? É interessante sabermos que esse profissional é do Departamento de Aviação Civil. O Sr. Ricardo Fernandes Veteri é consultor autônomo. E vieram, aqui, para operar 700 milhões de reais da Fundação COPEL, e deram um prejuízo de 180 milhões de reais para a Fundação COPEL!

Acabamos de encerrar uma CPI que apontou uma série de prejuízos por malversação de recursos dentro da COPEL no Governo Jaime Lerner. Sabemos que as Fundações são, sim, passíveis de erros e passíveis de haver a intervenção política, mas desta forma eu nunca havia visto! É impossível que a COPEL e a Fundação COPEL não soubessem, através da sua diretoria, que estávamos perdendo 180 milhões de reais, aplicando 100 milhões no Banco Santos e 80 milhões no banco Panamericano (que é do grupo Sílvio Santos) quando a regra manda que no máximo se aplique 20 milhões de reais!

Já conversei anteriormente com o Deputado Stica para que a Fundação COPEL nos remeta com a máxima urgência o relatório da Kroll. Esse relatório não pode ficar limitado para que algumas pessoas possam ter acesso a ele. A Assembléia Legislativa tem o papel de fiscalizar o ente público e tem a obrigação de saber o que consta. Espero que o relatório seja remetido com a máxima urgência ao nosso gabinete, para que possamos fazer aqui que é o nosso papel: fiscalizar o Executivo e o Legislativo.

Senão, não tem sentido estar aqui nesta Assembléia.

Muito obrigado.

## O SR. BARBOSA NETO (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar a presença do Prefeito Nedson Micheletti.

## O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Damos as boas-vindas ao Prefeito Nedson Micheletti.

Está com a palavra o Deputado Valdir Rossoni.

## O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados.



A CPI do Porto esteve em Paranaguá para fazer uma visita ao Porto. Fomos recebidos pelo Superintendente, Dr. Eduardo. Fomos muito bem recebidos, e ele junto com a sua diretoria, fez uma ampla explanação, mas, logo após a sua explanação, pedimos-lhe que designasse um ou dois engenheiros ou diretores de área para que nos acompanhassem em visitas que faríamos a alguns setores do Porto. Naturalmente, já pelas denúncias que vínhamos recebendo, nos dirigimos diretamente ao silão do Porto de Paranaguá. Ao chegarmos ao silão, que tem doze andares, começamos a fazer a vistoria. Quero dizer aos senhores que é tão grave a situação, mas tão grave, que a CPI após a visita, resolveu por bem interrompê-la, voltar à Capital do Estado, marcar uma reunião de emergência, de urgência, após a Sessão para tomarmos algumas medidas, que se fazem necessárias.

Deputado Luiz Carlos Martins, V. Exa. que é da imprensa, eu, até o presente momento, tenho procurado fazer a condução dos trabalhos da CPI, sem ter cor partidária ou posicionamento político. Disse isso ao Superintendente do Porto. Na conversa amável que tivemos - quero dizer-lhes que saímos bem impressionados com ele, mas quando chegamos ao silão, nos deparamos com uma situação horrível. O que o Deputado Leite mostrou aqui, outro dia, os senhores não conseguiram ver a realidade, porque era uma filmagem em preto e branco, mas vendo *in loco* a situação do silão do Porto de Paranaguá, há necessidade de tomar medidas sanitárias urgentes!

Deputado Durval Amaral, para que V. Exa. tenha uma idéia - pedi que o Deputado Barbosa, depois, faça uso do Pequeno Expediente, para me ajudar a fazer um relato, para que possamos pedir às autoridades, aos Deputados, ao Governador, a quem é de direito, para nos ajudar a resolver a questão do silão, que, pelo que observamos, faz aproximadamente cinco anos que não recebe a visita de uma vassoura ou de um aspirador. Em cima dos dutos, Deputado Dobrandino, tem aproximadamente quatro dedos de poeira. Embaixo deles, tem pombos mortos, já desidratados pelo tempo. Fezes de pombos em todas as correias que transportam soja, motores - o Deputado Barbosa pode relatar também. Nós, vendo aquele absurdo, junto com algumas pessoas do Porto - tinha muita soja caída no chão - dissemos: e esse desperdício de soja? - uma pergunta até infantil. Umas das pessoas que nos acompanhavam, responsáveis por aquele setor: "isso aqui é tudo reaproveitável". Eu disse: mas não é possível ser reaproveitado! - É reaproveitado! Estava misturado com fezes, com pombos mortos, com objeto, ferros velhos, latas, garrafas de plástico, uma coisa que deixa qualquer cidadão estarecido em saber que alguém no mundo está recebendo esta mercadoria para se alimentar!

Por isso, resolvemos, numa decisão rápida, encerrar a nossa visita para voltarmos num outro dia, para fazermos uma reunião da CPI.

Além disso, ainda fomos fazer uma visita aonde os caminhões descarregam a soja, e lá aonde os caminhões descarregam, a sujeira era uma coisa triste. Camadas de copos vazios, de coisas podres, de objetos podres, de água podre, enfim, uma coisa estarecedora. Sabem o que aconteceu conosco? Os funcionários desceram dos caminhões, nos pegaram pelo braço e nos levaram aos banheiros que eles usam! Pasmem os senhores!

Para quem viaja este Brasil e este Paraná, muitas vezes nos deparamos com alguns banheiros, em alguns restaurantes ou bares à margem de rodovias, deploráveis! Mas, eu que ando nos quatro cantos do Paraná, nunca vi uma barbaridade daquelas! Banheiros que tinham pelos menos 10 cm de fezes! E as pessoas são obrigadas a usar aquele mesmo banheiro o dia inteiro. E a alguns metros, do lado onde eles se alimentam, os próprios funcionários nos diziam o seguinte: "nós, aqui, para comer, temos que fazer assim, com as varejeiras: dar tapas, para que elas não cheguem na nossa comida"!

Numa entrevista que dei à imprensa, disse que não levasse em conta as minhas declarações! Eu gostaria que a imprensa fosse, hoje, ao silão do Porto de Paranaguá e descrevesse o que eles veriam lá, e não o que nós estamos descrevendo. Agora, é uma questão de segurança. É uma questão de saúde. É uma questão de honra, de todos os paranaenses. Nenhum paranaense, Deputado Dobrandino, tenho respeito por V. Exa. há muitos anos, além de respeito, admiração - não conheço o Governador Requião, a não ser por poucas vezes que conversamos, duvido que o Governador Roberto Requião ao se deparar com o que nos deparamos hoje no Porto de Paranaguá, teria que ser amarrado, porque ficaria enlouquecido! Ele não aceitaria aquela situação jamais!

Estou colocando esta situação porque, de sã consciência, por mais que sejamos adversários do Governador Roberto Requião, duvido que ele aceite aquela situação. Faço, inclusive, a sua defesa, porque acredito que tenham lhe mentido. Se ele estivesse hoje aqui, nós lhe faríamos uma visita e um convite para nos acompanhar, e eu tenho certeza absoluta de que ao chegar no silão, ele demitiria quem estivesse pela frente, porque qualquer cidadão, por menos importante que fosse, ficaria indignado, imagine o Governador do Estado!

Eu, como Presidente da CPI, gostaria que meu pronunciamento fosse levado pelos companheiros Deputados, de uma forma séria, nem como crítica. A questão é urgente, urgentíssima! Algo tem que ser feito no Porto de Paranaguá! Alguns diretores desceram depois para conversar com este Parlamentar. E eu lhes disse para falarem para o Superintendente, que eu queria acreditar que ele estava sendo enganado pelo Diretor da área, porque, quando conversamos com o Superintendente, vimos nele a convicção de que ele estava fazendo a coisa certa. Acredito, ainda quero acreditar que o Diretor da área que será convocado pela CPI na próxima segunda-feira para prestar depoimento, às 17h00, será demitido do Porto de

Paranaguá, porque ele não pode enxovalhar o Governador do Estado e ele está lá em nome do povo paranaense, que é um povo ordeiro, trabalhador, que zela pela sua higiene, pela sua saúde, e o povo paranaense não aceita esta situação.

Agradeço, Sr. Presidente, por ter me concedido esse tempo.

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Concedo a palavra ao Deputado Barbosa Neto.

**O SR. BARBOSA NETO**

Sr. Presidente, Srs. Deputados, assomo nesta tribuna para reforçar o brilhante depoimento feito pelo Presidente da CPI do Porto de Paranaguá, Deputado Valdir Rossoni, porque, juntamente com ele, com o relator, Alexandre Curi, com o Deputado Plauto Miró Guimarães, Deputado Waldir Leite, estivemos, nós membros da CPI do Porto de Paranaguá, constatando essa situação de penúria que toma conta dos doze andares do silo principal, do silo estatal do Porto de Paranaguá, na manhã de hoje.

Esse silo tem capacidade para 100 mil toneladas de grãos; está hoje com quase a sua metade ocupada pela soja. O que pudemos nós deparar na manhã de hoje, e corroborando inclusive o pedido, para o Conselho de Autoridade Portuária e para a Superintendência da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, é que uma providência seja tomada o mais rapidamente possível.

Talvez o Deputado Valdir Rossoni, muito cavalheiro, não quis trazer a esta tribuna o que nós ouvimos dos funcionários de forma reservada, sem a presença dos diretores que estavam nos ciceroneando em nossa vistoria ao Porto de Paranaguá, e eles diziam, taxativamente, que durante a noite e a madrugada foi realizada uma operação em regime de mutirão, uma verdadeira maquiagem, para que nós pudéssemos ter uma outra impressão, porque a situação era bem pior do que aquela que nós pudemos constatar ali. Mas, nem essa operação que durou boa parte da noite e madrugada, foi suficiente para esconder os vestígios da irresponsabilidade, da negligência do quesito segurança alimentar, ou mesmo no quesito sanitário.

O Deputado Waldir Leite exibiu aqui as imagens que foram para todo o Brasil, dos ratos ou das ratazanas que estão comendo lá a proteína pura da soja. Mas um problema tão grave quanto este, é o da infestação dos pombos, como bem colocou o Deputado Valdir Rossoni. Alguma entidade ligada a órgão de meio ambiente deveria fazer um tratamento para evitar que aqueles pombos continuassem ali num regime de simbiose. Esse tipo de depredação da soja e principalmente colocando a qualidade desse produto que é hoje um dos carros-chefe da nossa balança comercial favorável para exportação. Mas quero dizer que logo na chegada, eu e o Deputado Plauto Miró Guimarães vimos ali a fila de mais de 40 quilômetros dos caminhões que iriam desembarcar com a

soja no Porto de Paranaguá. Isso porque hoje, um dia de céu limpo, não havia nenhum motivo, como alega a Superintendência do Porto, para que aquelas filas continuassem porque não há nenhum tipo de paralisação dos funcionários e em condições meteorológicas normais, então, não haveria razão para aquela imensa fila.

**O Sr. Ademar Traiano**

V.Exa. me concede um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Barbosa Neto, eu ouço o seu pronunciamento, e quero crer que é imperioso, neste momento, a presença da comitiva da CPI no Porto de Paranaguá, para fazer toda essa averiguação com relação ao o que lá está acontecendo. V. Exa. trouxe a esta Casa a preocupação com relação ao aspecto deplorável em que se encontra esse silão, principalmente na área sanitária, e é realmente preocupante, nós, como parlamentares, temos que tomar conhecimento disso e tornar público à sociedade paranaense, até porque a nossa soja vai para fora do Brasil e é a imagem do Paraná que está sendo refletida lá fora, se nós não oferecermos condições condizentes na área de saúde para a exportação desses produtos. Eu assistia hoje na Rede Paranaense de Televisão uma entrevista do Diretor-Presidente do IAP do Paraná, quando questionava a situação aqui de Curitiba, do lixão de Curitiba. Ora, se isto é motivo para preocupação, imagine o Porto de Paranaguá.

Eu questiono nesta tarde, diante de V. Exa. porque o IAP não vai até o Porto de Paranaguá para tomar conhecimento dessa situação, já que é um fato grave, lamentável, que V.Exa. está denunciando dessa tribuna. Eu acho o momento oportuno cobrar a presença do IAP na CPI, para dar explicações com relação a isso também. Parabenizo V. Exas. e acho que esse é o momento oportuno para passarmos a limpo essa situação grave em que se encontra o Porto de Paranaguá.

**O SR. BARBOSA NETO**

Concordo com V. Exa. e também tive a oportunidade de ver a entrevista do Sr. Raska Rodrigues e vou sugerir, como membro essa colocação, para que possamos analisá-la na CPI.

**O Sr. Valdir Rossoni.**

V. Exa. concede-me um aparte?

**(Assentimento)**

Deputado Barbosa, talvez eu tenha esquecido, no meu pronunciamento, de dizer que nós iríamos nos dirigir à ANVISA que é o órgão competente e fiscalizador da questão sanitária do Porto de Paranaguá, mas o Deputado Leite fez esse contato e eles disseram que só aceitariam a denúncia por escrito. Então, nós vamos formulá-la à ANVISA e vamos encaminhar amanhã cedo, ou pessoalmente, ou por funcionário, para que ela tenha conhecimento. Eu fico me perguntando se nós precisamos denunciar, pois ela está lá para fiscalizar!

Então, na verdade, eu só queria alertar aos Deputados que compõem a CPI do Porto que hoje, logo após a Sessão, se possível às 17h00 horas, essa reunião que teremos, para formatarmos esses ofícios de denúncia aos órgãos competentes.

**O SR. BARBOSA NETO**

Com certeza esta é uma questão de Saúde Pública. Inclusive, todos estávamos lá, pela manhã, e tivemos que usar máscaras, tamanho era o cheiro, insuportável até, transmitidos pelos animais mortos e pela soja, em contato com a umidade.

Concedo um aparte ao Deputado Plauto Miró.

**O Sr. Plauto Miró Guimarães**

Venho trazer todo apoio ao seu pronunciamento, porque o que vimos lá é uma tristeza. Como paranaense, vendo no Porto de Paranaguá, um dos portos mais famosos do mundo e um dos melhores do Brasil, o porto que escoia a grande maioria dos grãos do nosso país, ver pombos mortos, a sujeira como um todo. A soja passando pelas correias que leva até os navios no meio de toda essa sujeira. Os pombos fazendo suas necessidades em cima da soja!

Tenho certeza, se o próprio superintendente do Porto visse o que ali acontece, tomaria atitudes drásticas. Não é possível que o Porto de Paranaguá esteja numa situação tão delicada.

É uma vergonha como está sendo administrado o Porto de Paranaguá! Uma baderna! Uma sujeira total!

Muito obrigado.

**O Sr. Luiz Carlos Martins**

Agradeço pelo aparte.

Parabéns pelas colocações. Tenho certeza que, pelos integrantes dessa CPI, ela não terminará em pizza. Pelo contrário, vai terminar em soja limpa, soja comestível.

Na época, fui criticado quando na tribuna disse que o Eduardo Requião estava constrangendo, comprometendo a história do seu irmão. Continuo batendo nessa tecla. Ele continua assim constrangendo o Governo Roberto Requião. ele não pode fazer isso, porque o Porto não é um bolsão de emprego. Pelo contrário, é um exportador que gera empregos aqui. Vocês sabem o por quê de eu falar isso.

É preocupante! O Eduardo Requião continua constrangendo, e muito seu o irmão e a família Requião.

Muito obrigado!

**O SR. BARBOSA NETO**

Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. LUIZ NISHIMORI (Pela Ordem)**

Gostaria de registrar a presença do prefeito de Paissandu, Moacir que tem batalhado muito naquela Cidade e a grande Região Metropolitana de Maringá.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Aqui consta que três pessoas fariam pronunciamento aqui 10 minutos cada uma. Chamariamos o Vereador Leopoldo Cunha Neto, depois o Vereador Delmar Pimentel, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa e a Micheli Pressipiciem, acadêmica do curso de Medicina.

Com a palavra o Vereador Leopoldo Cunha Neto.

**O SR. LEOPOLDO CUNHA NETO**

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados, nossos companheiros de Ponta Grossa.

As nossas valorosas professoras de Ponta Grossa incansáveis na luta pela conquista do curso de Medicina, que todo dia doze de cada mês fazem um movimento lembrando o fechamento do curso na nossa Cidade, e a cada visita que o Governador faz a Ponta Grossa estão elas lá, reivindicando a reabertura do nosso curso de Medicina.

O Deputado Plauto já falou sobre a criação desse curso, em 1968 pelo governador Paulo Pimentel. Primeiro vestibular, realizado no ano de 2002, conquista do antigo Governo Jaime Lerner e do próprio deputado Plauto para Ponta Grossa e para a Região dos Campos Gerais e depois da criação do curso, no dia 12.05.2003, é fechado; amanhã fará um ano do seu fechamento. Depois de uma estrutura toda montada, o Governador Roberto Requião decreta o fechamento desse curso.

Os benefícios que perdemos em Ponta Grossa: formação de mão-de-obra específica com professores fazendo uma especialização para dar ensinamentos aos alunos; uma obra importante que seria o Hospital Regional, o Hospital Universitário, com a geração de mais de quatrocentos empregos; uma qualificação maior dos profissionais; o desenvolvimento de pesquisas.

Agora, mais recentemente, o Governador do Estado aponta para o fechamento de mais oito cursos na cidade de Ponta Grossa.

No ano passado foram ofertadas em Ponta Grossa mil trezentos e trinta e sete vagas para um número de dezessete mil e dezenove candidatos. Todos os anos, jovens se formam no 2º grau. Só em Ponta Grossa, mais de cinco mil e quinhentos jovens, e para este ano, Deputado Plauto, com esta redução, com o fechamento desses oito cursos, dez mil trezentos e trinta e sete vagas ofertadas, vamos passar em 2004 a ofertar mil e setenta e quatro vagas, ou seja, dos alunos que saem da rede estadual de ensino e da rede privada, e, que o Governo do Estado ao invés de fechar os cursos, possam ampliar as vagas nas universidades, não só de Ponta Grossa, como de todo Paraná.

Para concluir, além de pedir a reabertura desse curso de Medicina e o não fechamento desses outros oito cursos, além de todos esses benefícios, possamos

ter num futuro próximo, médicos com capacidade e competência reconhecidos nacionalmente, como reconhecido é o Dr. Roberto Buzatto, hoje, Presidente Nacional da Ordem dos Advogados do Brasil, formado nos bancos da Universidade Estadual de Ponta Grossa, que tanto orgulha a nós pontagrossenses, como a todo povo paranaense.

Agradeço por este espaço, esperando que o Governo do Estado possa rever o posicionamento que traz tanto prejuízo aos jovens pontagrossenses.

Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)**

Próximo orador inscrito, Vereador Deomar Pimentel, Presidente da Câmara Municipal de Ponta Grossa.

**O SR. DEOMAR PIMENTEL**

Sr. Presidente, Srs. Deputados: Primeiramente, gostaria de agradecer a oportunidade que nos dão, de vir fazer uma explanação na Assembléia Legislativa.

No deslocamento de Ponta Grossa a Curitiba, eu vinha pensando: Devo conversar com os Deputados técnica ou politicamente? E cheguei à conclusão que os Poderes Legislativos, tanto o Federal, como Estadual, como Municipal, possuem a mesma identidade.

Nós trabalhamos em prol do povo, em benfeitoria da nossa Cidade, do nosso Estado e do nosso País. Então resolvi conversar com os senhores das duas maneiras, tecnicamente e politicamente.

De maneira nenhuma nós viemos aqui na Assembléia Legislativa tecer qualquer tipo de comentário desastroso ou que viesse a entrar em choque com a Assembléia Legislativa.

Mas, nós temos a oportunidade de estar na Câmara Municipal de Ponta Grossa, na Presidência, por cinco vezes. Conhecemos o processo legislativo profundamente. E viemos, neste momento, até a Assembléia, cobrar dos senhores Deputados, não generalizando, porque tivemos aqui dentro bastante Deputados que defenderam Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais.

Mas, não tivemos em Ponta Grossa um apoio total. Apresentamos um pedido ao Deputado Plauto, de um regime de urgência, que poderia ter aberto uma discussão mais ampla da nossa Cidade, e esse regime de urgência não foi aprovado pelos senhores.

Pedimos que montassem um movimento de Deputados e que nos amparassem, dentro de nossa Cidade, que não acabasse um sonho de 30 anos e nós não conseguimos fazer com que isso acontecesse.

Politicamente, tentamos um movimento, uma caravana de Ponta Grossa a Curitiba, onde fomos recebidos pelo Líder, Caíto Quintana, que nos prometeu, dando a sua palavra, uma audiência com o Governador, o que não aconteceu.

Para informação dos senhores Deputados, até hoje não fomos recebidos pelo Governador; as Lideranças de

Ponta Grossa por uma resposta do porquê do fechamento do curso de Medicina.

Politicamente, tivemos o reflexo. Nós temos conhecimento profundo do reflexo. O reflexo do prefeito de Ponta Grossa que hoje, embora levando recursos do Paranaurbano, de asfalto, não consegue se manter diante de uma pesquisa.

Nós temos 30 anos de sonho que, politicamente, estão sendo refletidos através do semblante das pessoas. E Ponta Grossa tem, hoje, duzentos mil eleitores.; Ponta Grossa pode, sim, dar ao Governador Roberto Requião, o retorno daquilo que ele nos tirou.

Também pensamos que Ponta Grossa tem as condições e as maneiras de resolver esse assunto, Deputado Plauto. As condições que, graças ao então Prefeito Jocelito Canto, que graças ao Deputado Nelson Justus, desta Casa de Leis, que levou a industrialização a Ponta Grossa, quando Secretário do Governo Lerner, nos lavando TetraPak, Continental, Macisa, Sadia, que ergueram nossa arrecadação de oito milhões para dezoito milhões por mês.

Nós podemos dizer aos senhores que nós temos as condições necessárias para a manutenção de um curso de Medicina. Temos maneiras também, senhores, e uma delas é ter o pleito que se aproxima, onde vamos mostrar o que aconteceu com Ponta Grossa e a região dos Campos Gerais.

Nós temos a SANEPAR, que fatura quarenta milhões por ano e que deve passar a concessão para a renovação de seu contrato ainda este ano pela Câmara Municipal de Ponta Grossa. O que nós não vamos conceder. Nós queremos resgatar o prejuízo que Ponta Grossa teve e buscar, já que não existe perspectiva do retorno do curso de Medicina em Ponta Grossa, porque senão já estaria no Orçamento do Estado - se tivesse uma previsão de retorno - e nós temos um pleito que se aproxima e queremos, senhores, garantir que talvez o próximo Governador do Estado do Paraná nos devolva o curso de Medicina.

Uma criança, Deputado, nasce, dá os primeiros passos, aprende a falar, cresce e se desenvolve. o que fizeram com essa criança foi um aborto, Deputados: tiraram a sua vida antes de ela conseguir dar os seus primeiros passos!

Princesa dos Campos Gerais, Cidade rebelde pelos desmandos que acontecem com a nossa Cidade. Princesa dos Campos Gerais, não mais uma menina, não mais uma criança, não mais um adolescentes, mas sim uma rainha com 180 anos de idade, que é o centro das atenções dos Campos Gerais - merece o respeito do Governo do Estado do Paraná!

E assim vimos pedir na Assembléia Legislativa, porque o senhor é que têm a força, que têm o poder e não o Governador do Estado do Paraná, não o Prefeito da Cidade. Quem comanda esta Nação é o Poder Legislativo. Com todas as forças, nós pedimos que vocês se

unam independente da política, e nos dêem condições de regressar o curso de Medicina, em Ponta Grossa.

É o nosso sonho, aí, nós votaremos aqui na Assembleia para agradecer os senhores, como fez o Jocelito em sua cavalgada.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Nós que agradecemos o Vereador Deomar Pimentel, Presidente da Câmara de Ponta Grossa. Foi uma alegria imensa recebê-lo.

Agora, concedo a palavra à acadêmica de Medicina, Michela Pressipiciem, por 10 minutos.

**A SRA. MICHELA PRESSIPICIEM**

Muita gente me conhece em Ponta Grossa como aluna rebelde que não quis aceitar a transferência para a Medicina. Mas, sabemos que as coisas não são bem assim. É fácil criticar quando não se sabe o que realmente acontece na vida de uma pessoa. É fácil fazer coisas quando não se sabe exatamente o que está fazendo, me desculpem, mas o nosso Governador errou muito em suspender um curso sem tomar as medidas necessárias. Ao suspendê-lo, ofendeu, duplamente a Lei de Diretrizes e Bases que todos vocês devem conhecer, artigo 49, onde o Executivo tem que terminar as obras já existentes com relação ao ensino, que as transferências só podem ser realizadas através de um estudo - esqueci a palavra, mas estão entendendo - e, também para os servidores públicos. A Lei Estadual nº 12.256, de 10 de agosto de 1998, diz que as transferências só podem ser realizadas a partir do segundo ano de qualquer curso, quando a outra Instituição tiver vagas.

Agora faço-lhes a pergunta, Deputados: Como é que eu poderia aceitar essa transferência, sabendo que ela está completamente errada, através da Lei?

Ah, 38 foram transferidos. Foram jogados, desculpe a palavra, como pacotinhos: 16 para Londrina, 12 para Cascavel, 12 para Maringá. É fácil jogar, é fácil quando existem pais que podem arcar com as despesas dos estudos dos filhos!

Eu não sou uma pirralha, já tenho meus 26 anos, sou formada, sou professora; eu não poderia simplesmente ir embora da minha Cidade, daquela que eu escolhi para viver, aquela que, desde pequena, eu escuto: Ponta Grossa terá o seu sonhado curso de Medicina. Quando isso se tornou realidade de um ato autoritário do nosso Governador acabou com o sonho, não dos pontagrossenses, mas de toda a região dos Campos Gerais. Acabou com o sonho dos pais de terem seus filhos próximos. Não foi só isso! Ele pretende acabar com 43 cursos, em instituição do ensino público. O que é isso? Por quê?

Será que só os mais favorecidos têm direito de chegar a uma faculdade para estudar? Será que aqueles que estão em rede pública, no Ensino Fundamental e Ensino Médio não poderão ter oportunidade de cursar uma instituição pública? Por quê?

É muito fácil fazer plano de Governo, ou acho eu que é fácil. É muito fácil enganar a população. Desculpem, é a minha opinião e eu tenho o direito de expressá-la. Parablenzo-o pela Luz Fraterna, pela Tarifa Social, pelo leite das crianças, pelas casas que são dadas para a população, de 28 metros quadrados, morando uma família com 3, 4 filhos é muito fácil todo mês a pessoa ir sacar, através do Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, um dinheirinho extra para suprir as necessidades. Mas para quê tudo isto, se a pessoa não aprende a lutar pela vida e pelos seus direitos?

Obrigada, por eu ser cidadã! Agradeço a Deus todos os dias, por eu ser uma cidadã com os meus direitos de ir e vir, de acordo com as minhas possibilidades. Talvez hoje eu não esteja fazendo nada da vida. Tenho 26 anos, desperdicei anos de estudo para chegar numa faculdade, cheguei, me formei, trabalhei, lutei muito pela educação, lutei muito, fui para a Saúde que é área que eu acho maravilhosa, e tive que parar por aqui, porque não tenho condições de continuar lecionando, sabendo que a educação está indo por água abaixo, como se fosse - desculpem - a descarga.

Eu não tenho culpa se ninguém faz nada pela Saúde. É difícil você ouvir e ver, ler notícias de que 50 pessoas morrem ou morreram em Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais, pela falta de leitos na UTI. Ah, nossa, é fácil combater! É só criar novos leitos! Ótimo! Mas, e o antes? Cadê aquele programa de combater as doenças?

Fica aí uma interrogação para todos aqueles que têm filhos. Tudo bem, é fácil criar filhos quando se tem dinheiro. É fácil criar filhos quando se tem plano de saúde, quando se tem escola particular. Mas será que não dá para pensar um pouco naqueles que não têm este tipo de coisa? Eu já fui professora de instituição pública - vi os meus aluninhos, pequenininhos, de onze anos, que iam para a escola para comer, somente para comer; eles não estavam nem aí para o estudo. E foi gratificante para mim colocar na cabeça deles e de eu ter hoje alunos meus formados em Direito, que o estudo é a única luz no final do túnel. Mas, o que adianta eu ou poucos professores fazendo isso, se as pessoas que estão lá em cima não podem fazer nada, apenas atacar, por atos autoritários?

Muito obrigada e desculpem minhas palavras duras.

**(Aplausos)**

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Agradecemos a aluna Michela Pressipiciem, acadêmica de Medicina de Ponta Grossa, pelas suas palavras.

Esta Casa sempre se sensibiliza com as questões da população.

Passamos ao Horário das Lideranças: PL, PSL.  
**(Declinam)**

PPS, Deputado Waldir Leite, por cinco minutos.

**O SR. WALDIR LEITE**

Sr. Presidente, companheiros Deputados.

Realmente, mais uma vez, esta tribuna vai ser ocupada para que possamos falar do Porto de Paranaguá, haja vista que hoje nós lá estivemos, juntamente com os Deputados Valdir Rossoni, Plauto Miró, Barbosa Neto e Alexandre Curi, aonde, segundo eu sei, todos ficaram transtornados com a situação sanitária do Porto de Paranaguá.

Eu já nem tenho mais esta indignação, porque há muito tempo já venho falando sobre este assunto de Paranaguá. Agora, o que me deixa mais preocupado, na verdade, é a questão da maquiagem que tentaram fazer no Porto na noite de ontem, onde eu estive, com meu carro, olhando que durante toda a madrugada uma empresa procurou maquiar o estado, as suas condições de higiene, para tentar ludibriar ou menosprezaram a inteligência dos Deputados que lá estariam na manhã de hoje.

Então, vejo que a Comissão tem procurado ter o melhor bom senso possível para trazer soluções que ajudem, propostas que ajudem a administração portuária, com o fim de que o Porto funcione, realmente, como maior agente fomentador do agronegócio do Estado do Paraná e do Brasil. Mas, temos que procurar dar mais velocidade na questão da CPI, porque o que vimos hoje no Porto de Paranaguá envergonha todo e qualquer paranaense. Quando era só eu que vinha aqui falar, vocês poderiam ter alguma dúvida em relação ao que lá acontecia, mas hoje tenho certeza, depois da visita de vários Deputados, que hoje não existem mais dúvidas dos desmandos no Porto de Paranaguá. Isso porque nós só chegamos a visitar um silo público, sendo que no Porto existem três, sem contar as outras instalações. Tenho certeza que a cada visita que fizermos ao Porto, novas surpresas virão à tona.

Vou fazer a sugestão, para que não aconteça o que aconteceu na noite de ontem, que tentaram maquiá-lo: que as próximas visitas façamos sem avisar. E nem chegamos a ver vários funcionários menores de idade que faziam a limpeza do Porto de Paranaguá! Funcionários do Sindicato do bloco foram contratados às pressas, para procurar enganar os Deputados na manhã de hoje!

Acredito que a partir da semana que vem, a partir dessa reunião que foi convocada para hoje, vamos procurar dar mais objetividade aos trabalhos da CPI, bem como vamos procurar aproveitar os trabalhos que já foram feitos pela Comissão de Fiscalização e Controle, a fim de que possamos apresentar propostas de soluções o mais rápido possível para melhorar o Porto de Paranaguá.

Hoje fico envergonhado de ter acompanhado os ilustres Deputados nessa visita ao Porto de Paranaguá. Sinto vergonha de morar na cidade que acolhe o maior Porto do Brasil, e vemos as suas condições e vemos que

estão tentando enganar vários Deputados que se preocupam com o Porto de Paranaguá!

**O SR. ELTON CARLOS WELTER (Pela Ordem)**

Gostaria de registrar a presença dos Vereadores de Santa Terezinha do Itaipu: Aldevir, do PT; o Rogério, do PSB; João Alves, do PTB; e o Vagner que é assessor parlamentar.

**O SR. PRESIDENTE (André Vargas)**

Sejam muito bem-vindos. Esta Casa fica muito honrada com as suas presenças e dos Vereadores José Luiz, Delmar, de Ponta Grossa.

Com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

**O SR. JOCELITO CANTO**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uma saudação ao Movimento de Medicina, de Ponta Grossa, e aos Vereadores aqui presentes. Hoje é um dia em que a nossa cidade e os Campos Gerais têm o dia do luto, instituído por uma atitude não democrata de um Governador que se intitula democrático, que é o Governador Requião. Então, hoje ouvimos o desabafo de dois Vereadores, ouvimos o pronunciamento do Deputado Plauto, autor da liberação do curso, e vimos, também o desabafo de uma jovem simples, uma jovem humilde de Ponta Grossa, que naquela engenharia que foi feita pelo ensino superior, aquela transferência dos alunos do curso de Medicina de Ponta Grossa, não pôde sair de Ponta Grossa e teve que abandonar um direito que havia conseguido, através de um vestibular que ela prestou.

Lamentamos, porque estamos aqui para defender exatamente as pessoas mais humildes; as pessoas que mais precisam de Governo, são as mais simples. Diante de nós vemos uma estudante, uma acadêmica interromper um sonho da sua vida, porque o Governo resolveu acabar com algo que o outro Governo havia anunciado. Que o sonho de 30 anos de uma cidade foi tirado em uma simples assinatura, sem nenhum tipo de consulta à nossa cidade, que perdeu, como disse o Presidente Delmar aqui aquilo que sempre sonhou, ter um curso de Medicina como Maringá e Cascavel têm e nós não temos.

Queríamos apresentar no dia de hoje, já que ontem agradecemos pelas UTI's que conseguimos para Ponta Grossa, que era um grande desejo emergente do nosso povo, queremos também que o Governador do Estado, que às vezes toma decisões corretas, mas que muitas vezes toma atitudes complicadas e com elas acaba tirando sonhos de pessoas, que estão exatamente naquela Carta de Puebla, que diz preferencialmente pelos mais pobres.

Preferencialmente pelos mais pobres, como dizia a Carta de Puebla está a Michela, estudante que há pouco falou, que sonhou, que estudou, que lutou, que quando passou no vestibular estava realizada. O que ela mais desejava na vida era ser médica, era ter o direito de poder ser médica, mas o sonho foi interrompido, o sonho de um dia poder socorrer vidas e mais uma vez concretizar

aquilo que foi escrito na Carta de Puebla, tanto usada pelo nosso Governador, que sempre disse que o seu governo seria, preferencialmente, pelos pobres.

Que este dia, Sr. Presidente, Srs. Deputados, seja um dia de luto e de pensamento que ainda pode esse erro ser consertado. Errar uma vez, todos podemos errar. Todos os seres humanos erram, mas persistir no erro, ou são cabeçudas ou burras mesmo! Entendemos que o nosso Governador pode até ser cabeçudo, mas burro, não é uma pessoa inteligente.

Esperamos que ele; naqueles momentos em que está alegre - tomara, Deputado do Governo, do PT, desse Partido que veio para governar o povo e que faz ligações com o nosso PMDB, que também é lá do MDB de guerra, Deputado Vanhoni, - ele devolver esse sonho a Ponta Grossa, que está triste, como essa menina que falou aqui. Ele pode fazer tantas coisas por Ponta Grossa, mas se tem um sentimento que dói no povo pontagrossense, dito aqui pelo nosso presidente, é o sonho de ver uma criança que estava nascendo, ser assassinada, morrer no começo de sua vida, porque uma ordem foi dada: Você não pode viver; eu não quero! Ninguém tem esse direito.

Nesse momento que nos aproximamos das eleições - que elas não sejam o motivo de reflexão, que a cidade sabe cobrar, que os Campos Gerais sabem exigir e agradecer, Sr. Presidente, - esperamos que o governador reflita, pense, analise, levante num dia daqueles bons e anuncie ao povo de Ponta Grossa que ele vai devolver a vida àquela universidade, aquele sonho, àquela menina e àquele povo.

Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua tolerância no horário. Quero agradecer aos Vereadores, à Michela, e pode ter certeza de que nós - eu, o Deputado Plauto e mais alguns Deputados - vamos continuar trabalhando. Nós somos a minoria, que não vence a maioria, mas, haveremos de continuar guerreando, lutando, para que um dia possamos fazer com que a maioria entenda o que é o sofrimento de uma jovem que gostaria de um dia atender, quem sabe, o filho de alguém que possa transitar por Ponta Grossa e precise de um médico para socorrer, para salvar vidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

No Horário destinado à Liderança da Oposição, concedemos a palavra ao Deputado Durval Amaral.

#### O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero, inicialmente, cumprimentar a Comissão Parlamentar de Inquérito, presidida pelo Deputado Valdir Rossoni, que investiga as irregularidades administrativas e outras, cometidas no Porto de Paranaguá; parabenizar a atuação vibrante e corajosa do Deputado Valdir Rossoni, e, ao mesmo tempo Deputado Rossoni, dizer-lhe que o senhor deve seguir em frente.

Tenha a certeza, infelizmente, que no Paraná os homens que ousam enfrentar o Governo, recebem golpes abaixo da linha da cintura. E eu vou pedir a Deus para que o senhor também não seja vítima desses golpes, tendo em vista sua coragem, bravura e determinação na investigação. Mas, não me surpreenderei, efetivamente, se tentarem nocautear o Deputado Valdir Rossoni, com invenções ou com falsas afirmações.

Esta é a nossa função, a função do Parlamento; a da Oposição, é investigar, é participar, é denunciar. Sempre com muita responsabilidade, o que efetivamente estamos fazendo. Aliás, também quero cumprimentar o Deputado Tadeu Veneri, que trouxe a esta Assembléia Legislativa uma denúncia das mais graves já feitas neste Parlamento, feita pelo jornal Folha de Londrina, no último dia 6, que também é fruto de pedido de informações da autoria feita pela Kroll na Fundação COPEL, aonde se apurou desvio de 180 milhões. Parece que nesta auditoria consta, inclusive, o destino dado a estes desvios. E, nós queremos ter estas informações, para que possamos tomar as providências, igualmente como tem feito o Deputado Tadeu Veneri e como com certeza fará o Ministério Público do Estado do Paraná.

Quero, também, me solidarizar com os Deputados Plauto, e Jocelito e com o o povo, muito especialmente o de Ponta Grossa, pela intempestiva decisão do Governo do Estado em fechar o curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa, um dos maiores absurdos cometidos contra toda uma sociedade. Em quando vejo o Governo do Estado, nesse afã desenfreado de tentar fechar 43 cursos universitários no Estado do Paraná, me ponho a meditar: que prejuízo maior pode-se cometer a uma sociedade, se não o prejuízo cultural? O que pode ser mais devastador para a sociedade do que o cerceamento ao conhecimento? Por exemplo, ainda na semana passada vi a Globo tentando valorizar um pouco nosso País e valorizar também por que não, o Estado do Paraná, fazendo uma reportagem sobre a cidade de Cianorte, sobre o seu pólo de confecção.

Vi no site do BNDES, na semana passada, técnicos que saíram do Rio de Janeiro e vieram a Cianorte para conhecer o fenômeno de desenvolvimento do pólo de confecção que lá existe.

Vejo com tristeza o Governo do Estado, que fechou o curso de Medicina na cidade de Ponta Grossa, também quer fechar o curso de Designer e Moda da Universidade Estadual de Maringá, na Cidade de Cianorte, atingindo toda a região Noroeste do Estado, assim como fechando cursos na Cidade de Umuarama.

Quanta falta de sensibilidade do nosso Governo, do Governo do Paraná! Como ousa fechar cursos que podem efetivamente mudar o perfil econômico de uma cidade, de uma região, como fecha o curso de medicina em Ponta Grossa e fecha o curso de Designer em Cianorte? E, tanto o BNDES, a Rede Globo, quanto os empresários de Cianorte foram unânimes ao afirmar que só não se tem mais empregos lá, pela pouca qualificação

da mão-de-obra. E a Universidade, que tem um papel indutor cultural, indutora do conhecimento, indutora da modificação social das pessoas é proibida proceder essa transformação, essa revolução cultural não só em Cianorte, em Umuarama, em Goioerê, enfim, em Ponta Grossa e em tantas regiões do Paraná.

Ora! Tínhamos uma realidade, em 1994. O Governo gastava 74, 75 milhões com o ensino universitário no Estado do Paraná. Ao final de 2004, foram quase 350 milhões!

O Paraná mudou, o Paraná é outro, as nossas universidades são efetivamente vanguarda cultural desse País e agora de um crime de irresponsabilidade que se quer cometer contra a vida universitária, fechar cursos, fechar Universidades!

Fica o protesto dos Deputados da Oposição. Fica o protesto da sociedade paranaense, que não admite o fechamento do curso de Medicina e de mais 43 cursos universitários no Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### **ORDEM DO DIA,**

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 017/2004, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente, sugerindo o acréscimo de vaga nos Conselhos Administrativos e Consultivos dos entes da Administração Direta e Indireta. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Expediente subscrito pelo Deputado Elton Carlos Welter, na qualidade de Líder do PT, constante do expediente, indicando o Deputado Pedro Ivo Ilkiv para compor a Comissão de Orçamento, no lugar do Deputado André Vargas. **À Diretoria Legislativa, para os devidos fins.**

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Rafael Greca, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

#### **ITEM 01**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 157/2003, de autoria do Deputado Nereu Moura, que dispõe sobre a Organização das Entidades Representativas dos Estudantes de 1º e 2º Graus. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. COM EMENDAS DE PLENÁRIO DA CCJ, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO. Aprovada a emenda.**

#### **ITEM 02**

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 725/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que altera o artigo 7º da Lei nº 11.054, de 11 de janeiro de 1995. **COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CEMA. COM EMENDAS DE PLENÁRIO, COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM SEGUNDA DISCUSSÃO.**

Sobre o referido projeto, Requerimento nº 816, de autoria do Deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 03 (três) Sessões. **Aprovado.**

Fica, portanto, adiada a discussão por 03 (três) Sessões, do Projeto de Lei nº 725/2003.

#### **ITEM 03**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 416/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, que declara de Utilidade Pública a Sociedade de Moradores da Vila Barbosa, com sede e foro no Município de Terra Rica. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 04**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 570/2003, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que declara de Utilidade Pública Estadual a ONG, Artesões Mãos de Ouro de Londrina, com sede e foro na Cidade de Londrina. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. Aprovado, artigo por artigo.**

#### **ITEM 05**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 698/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira, que declara de Utilidade Pública a Associação das Damas Hospitaleiras, com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. SUBSTITUTIVO DA CCJ. Aprovado Substitutivo da CCJ, artigo por artigo.**

#### **ITEM 06**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 042/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o “Dia do Técnico em Eletrônica”, a ser comemorado no dia 15 de outubro. **COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ.**

Está em votação o Substitutivo.



Deputados que aprovam permaneçam como estão.

**Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, consulto V. Exa., se está confirmado amanhã no Grande Expediente a presença do Doutor Gilberto Griebler para que possamos discutir o caso COPEL/ELEJOR e também Fundação COPEL.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

Está confirmado, conforme entendimento entre a Oposição e o Líder do Governo, Dr. Gilberto Griebler confirmou e estará aqui amanhã, no Grande Expediente.

O SR. VALDIR ROSSONI (**Pela Ordem**)

Sr. Presidente, só para um aviso aos membros da CPI do Porto de Paranaguá. Haverá reunião às 17h00. Se possível ao término da Sessão, fôssemos para a sala de comissões.

O SR. PRESIDENTE (**André Vargas**)

## ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 043/2004, de autoria do Deputado Luiz Nishimori, que institui o “Dia do Imigrante Japonês”, a ser comemorado no dia 18 de junho de cada ano. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM SUBSTITUTIVO GERAL DA CCJ. **Aprovado o Substitutivo Geral da CCJ, artigo por artigo.**

## ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 058/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que denomina Escola Estadual Professor Joaquim Adrega de Moura, o atual Colégio Estadual de Ribeirão Claro, localizado no Município de Ribeirão Claro. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 100/2004, de autoria do Deputado Nelson Garcia, que autoriza o Poder Executivo a proceder a reversão da doação das datas de terras que especifica, situadas no Município de Terra Boa. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 106/2004, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que declara de Utilidade Pública o Clube de Mães União Vila das Torres, com sede e foro no Município de Curitiba. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

## ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 113/2004, de autoria do Deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Ile Axé Ode Kare Igbo, com sede e foro nesta Capital. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 810, de autoria do Deputado Hermes Fonseca, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 811, de autoria do Deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 812, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 813 a 815, de autoria do Deputado Nelsinho Dal Santos, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 817, de autoria do Deputado Marcos Isfer, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 818, de autoria do Deputado Artagão Júnior, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 819, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 820 a 822, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Fernando Ribas Carli e demais Deputados, constantes do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 825, de autoria do Deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 827, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 828, de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 829, de autoria do Deputado Renato Gaúcho, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

## ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 617, 716/2003, 015, 018 e 085/2004.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 698/2003, 042  
e 043/2004.

Levanta-se a Sessão.